

Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Devassa teve pico em ano de pesquisa sobre Bolsonaro..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS promete mais agilidade..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer pagar benefício a pessoas carentes com deficiência que trabalharem..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência militar pode custar R\$ 703,8 bi..... 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

TCU defende a unificação de dados sobre benefícios..... 11

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto de Lei dá segurança a policiais e bombeiros contaminados pela Covid - A.PARTE
..... 12

R7 - ECONOMIZE
SEGURIDADE SOCIAL

STF define nesta 6ª se aposentado pode pedir "revisão da vida toda"..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

O tamanho da reforma "justa"..... 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma administrativa e aposentadoria (2)..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Estados têm dificuldades para aprovar medidas exigidas por socorro federal..... 18

A GAZETA - MT - POLÍTICA-PAÍS
SERVIDOR PÚBLICO

Ministro manda compartilhar..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O novo IVA brasileiro: as aparências enganam (2)..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MP da Eletrobras desagradou a setores da indústria e energia..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A venda da Eletrobras e a conta de luz (2)..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributar a globalização (3).....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Petrobras completa 40 dias sem reajuste, mas combustível sobe no posto.....	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O bitcoin, agora moeda oficial - CELSO MING.....	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A sustentação da retomada (2).....	30
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Taxa de juros sobe em maio para pessoas e empresas.....	32
JORNAL DA CIDADE - ARAÇAJU - SE - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Breves apontamentos sobre a violência política no Brasil (2).....	33
JORNAL DA CIDADE - ARAÇAJU - SE - ECONOMIA/OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Estado social e o neoliberalismo (2).....	35
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
PIB de 1,2% e desemprego continua elevado (2).....	37
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Inflação alta é problema também nos EUA.....	38
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Consumidor paga mais, porém compra menos.....	39
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
Não financiamento do serviço público mata (2).....	41
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Trabalho infantil aumenta na pandemia - MERCADO S/A.....	43
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Privatizar a Eletrobras agravará a desindustrialização - TENDENCIAS / DEBATES.....	45
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Retomada tem de se traduzir em bem-estar social, dizem analistas.....	47
ZERO HORA - RS - ARTIGOS ECONOMIA	
COMMODITIES E RESILIÊNCIA ECONÔMICA (2).....	49
A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT ECONOMIA	
Cenário de inflação em alta pressionará a Selic.....	51
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	

Reajuste de plano de saúde coletivo é maior do que o teto	53
AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA ECONOMIA	
Reajuste salarial perde para inflação	54
ALÔ BRASÍLIA - DF - DISTRITO FEDERAL ECONOMIA	
Distrito Federal tem a menor inflação do Brasil	55
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS ECONOMIA	
Ciro: 'Brasil vive o pior momento de sua história '	56
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA ECONOMIA	
Crise hídrica e preços das commodities puxam inflação - INDICADORES ECONÔMICOS....	58
HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO ECONOMIA	
GUINADA NO CÂMBIO	59
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA/OPINIÃO ECONOMIA	
MP busca modernizar negócios	60

Devassa teve pico em ano de pesquisa sobre Bolsonaros

Ítalo Nogueira

A **Receita Federal** registrou um pico nos pedidos de devassas e alterações em seus sistemas de dados no mesmo ano em que pesquisou os acessos aos dados fiscais de pessoas no entorno do presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com dados do Fisco, praticamente dobraram em 2020 as solicitações de apurações especiais ao Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) e à Dataprev, órgãos responsáveis pela guarda das informações dos sistemas da Receita.

Foram 867 demandas de apurações especiais no ano passado, contra uma média de 450 nos cinco anos anteriores. Este ano, o ritmo voltou próximo ao habitual, com 201 solicitações até o fim de maio.

Segundo as informações da Receita, obtidas pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação, 99 pedidos apresentaram resultado "diferente de zero", ou seja, com informações relevantes. É quase quatro vezes a média dos cinco anos anteriores (27).

Como a Folha revelou na semana passada, a Receita fez uma devassa para tentar identificar investigações em dados fiscais do presidente Jair Bolsonaro, de seus três filhos políticos, de suas duas ex-mulheres, da primeira-dama, Michelle, e de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro.

O levantamento foi muito mais amplo do que apontado meses atrás como um movimento apenas da defesa de Flávio contra a investigação da "rachadinha" tocada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

Atingiu, na verdade, todo o entorno familiar do presidente, incluindo suas duas ex-mulheres com quem dividiu seu patrimônio e que não são alvo da investigação contra o senador. O rastreamento abrangeu 22 sistemas de dados da Receita no período de janeiro de 2015 a setembro de 2020.

A **Receita Federal** afirmou que não vai se manifestar sobre o aumento nos pedidos de apurações especiais, bem como na devassa sobre os acessos aos dados de pessoas no entorno do presidente.

O aumento nas solicitações de apurações especiais fez com que o gasto com o serviço também disparasse no ano passado. A Receita gastou R\$ 4,8 milhões com o serviço em 2020, valor superior à soma dos cinco anos anteriores.

A pesquisa sobre o entorno do presidente custou R\$ 490,5 mil ao Fisco, que não informou, porém, o volume de CPFs analisados por meio das apurações especiais -cada demanda pode contar mais de um número. O teor das demandas também é mantido sob sigilo.

As apurações especiais da **Receita Federal** têm como objetivo extrair ou alterar informações nas bases de dados da Receita mantidas pelo Serpro e Dataprev. Elas são utilizadas quando o sistema do próprio Fisco, acessado pelos auditores, não é capaz de executar determinada tarefa.

A ferramenta é o meio mais eficaz para se identificar todos os "logs" como são chamados os arquivos sobre as consultas aos sistemas do Fisco.

Os "logs" indicam a data e o nome do auditor responsável pela consulta aos dados fiscais dos contribuintes. Caso não haja justificativa para a atuação, o servidor pode ser punido pelo acesso imotivado às informações.

O resultado da apuração especial, porém, também permite identificar investigações legais ainda em sigilo contra o dono do CPF analisado.

A mobilização da estrutura do governo federal em favor de Flávio Bolsonaro foi revelada em outubro de 2020 pela revista Época. Na ocasião, soube-se que as advogadas Juliana Bierrenbach e Luciana Pires recorreram à Receita e ao Serpro para tentar descobrir em que momentos os dados fiscais do senador e de sua mulher foram acessados.

O motivo manifestado pela defesa era o de que o relatório do Coaf (órgão federal de inteligência financeira) que originou a investigação das "rachadinhas" continha informações com detalhes cuja origem não eram os bancos, com os quais o órgão troca informações. Os dados viriam, na verdade, da **Receita Federal**.

A suspeita da equipe de Flávio era que ele tenha sido

vítima de prática semelhante à revelada por mensagens obtidas pelo Intercept Brasil e analisadas pela Folha e pelo site, na qual dados fiscais sigilosos eram obtidos informalmente por procuradores da Operação Lava Jato.

A prática é conhecida como "fishing expedition", no qual investigadores acessam dados fiscais de uma pessoa sem justificativa legal em busca de possíveis irregularidades.

As advogadas também acionaram o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sob a justificativa de que as supostas fraudes atingiam um membro da família de Bolsonaro. À época, o órgão afirmou que, após análise, concluiu que não tinha atribuição sobre o caso e não realizou nenhuma ação.

A defesa de Flávio Bolsonaro afirma que não recebeu o resultado da apuração especial sobre o senador e sua mulher, Fernanda, e declarou que vai recorrer à Justiça para obtê-los (leia mais abaixo).

Os advogados dizem que não solicitaram a realização das demais pesquisas no entorno do presidente. A Receita não informou o responsável pela solicitação da devassa.

Ao negar oficialmente o acesso ao resultado da pesquisa, a **Receita Federal** afirmou aos advogados do senador que os "logs" são sigilosos e não podem ser fornecidos com base na Lei de Acesso à Informação.

"Revelar os logs de acesso a determinada declaração ou dado fiscal, ou para que fim foi acessado, ou quem o acessou, sem motivação contundente, é revelar as ações da Administração Tributária no desempenho de suas funções legais, bem como a própria informação protegida por sigilo fiscal." A Receita também menciona parecer da CGU (Controladoria-Geral da União) que aponta risco de assédio sobre os auditores fiscais caso as informações dos "logs" fossem reveladas.

"Os servidores estariam expostos à cooptação criminosa de pessoas físicas e jurídicas, visando à obtenção de informações pertinentes não somente à sua situação fiscal e tributária própria e de terceiros, mas de eventuais procedimentos investigativos em curso na RFB", afirma o parecer.

A tese sobre acesso imotivado a dados de Flávio foi inspirada num grupo de cinco auditores fiscais do Rio de Janeiro suspeitos de enriquecimento ilícito. Eles fizeram uma denúncia sobre o tema ao Sind-fisco (sindicato nacional dos auditores fiscais) Contudo, os auditores que usaram esta tese na Justiça têm sofrido

sucessivas derrotas na tentativa de anular os atos de investigação sob a alegação de que tiveram seus dados acessados ilegalmente.

Entenda as apurações especiais da Receita

O que são as apurações especiais?

As apurações especiais têm como objetivo extrair ou alterar informações nas bases de dados da Receita mantidas pelo Serpro e Dataprev. Elas são utilizadas quando o sistema do próprio Fisco, acessados pelos auditores, não são capazes de executar determinada tarefa

O que é possível saber a partir delas?

Um dos principais objetivos das apurações especiais é identificar todos os "logs", como são chamados os arquivos sobre as consultas aos sistemas do Fisco. Os "logs" indicam a data e o nome do auditor responsável pela consulta aos dados fiscais dos contribuintes

Qual a relação como caso de Flavio Bolsonaro?

A defesa do senador solicitou à Receita uma apuração especial para identificar os auditores que acessaram o sistema do Fisco para analisar os dados fiscais dele e de sua mulher. A suspeita dos advogados é de que houve acesso indevido para alimentar, de forma ilegal, o relatório do Coaf que motivou abertura da investigação do caso das "rachadinhas"

O que a Receita fez?

A Receita solicitou apuração especial para identificar o acesso a dados não apenas do senador e sua mulher, mas de todo o entorno familiar do presidente Jair Bolsonaro A atuação da Receita ajudou Flavio? A defesa do senador diz que não recebeu o resultado da apuração especial que solicitou e declarou que vai recorrer à Justiça para obtê-lo

Por que houve aumento no número de apurações especiais? A Receita não explicou a razão do aumento

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49555>

INSS promete mais agilidade

VERA BATISTA

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) terá, agora, prazo entre 30 e 90 dias para conceder vários tipos de benefícios aos contribuintes. O salário-maternidade, por exemplo, tem que ser pago em 30 dias, e o auxílio-doença comum e por acidente do trabalho (auxílio temporário por incapacidade), em, no máximo, 45 dias. Caso não sejam cumpridos os prazos, a autarquia terá que pagar juros e mora ao segurado. A medida entrou em vigor ontem fruto de acordo entre vários órgãos federais, como **INSS**, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Ministério da Economia, Advocacia-Geral da União, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União.

"O acordo, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é de extrema importância para todos. Vai ao encontro das ações que já vínhamos fazendo. Desde 2020, o **INSS** implementou medidas para agilizar a concessão, sempre com total responsabilidade e zelo para com os segurados. Contratamos servidores temporários; ampliamos as equipes de análise em 22%; ampliamos o número de benefícios concedidos de forma automatizada; realizamos mutirões para os benefícios mais solicitados, como, auxílio-maternidade e pensão por morte, entre outras ações", disse o presidente do **INSS**, Leonardo Rolim.

Mas é preciso prestar atenção para não haver engano. O **INSS** informa que cada benefício terá um prazo diferente - com etapas de avaliação documental -, de acordo com a complexidade. "Caso os prazos não sejam cumpridos, haverá o pagamento de juros e mora ao segurado e o pedido será encaminhado para Central Unificada para o Cumprimento Emergencial, que terá um prazo de 10 dias para a conclusão da análise", destaca.

No acordo, foi determinado que terão prazo de 90 dias: o benefício assistencial à pessoa com deficiência; o benefício assistencial ao idoso; e as aposentadorias, salvo por invalidez.

A aposentadoria por invalidez comum e acidentária (aposentadoria por incapacidade permanente) e o auxílio doença comum e por acidente do trabalho (auxílio temporário por incapacidade) sairão em 45 dias. O salário-maternidade, em 30 dias. E os 60 dias são o prazo de concessão da pensão por morte e do auxílio-reclusão.

Vale lembrar que, atualmente, o tempo médio para a concessão de uma aposentadoria é de 125 dias, segundo dados do **INSS**. Bem acima dos 45 dias informados ao segurado na hora que o requerimento é feito. O atraso é justificado, em parte, pela extensa fila de espera. São mais de 2 milhões de benefícios pendentes de análise, sendo 1,37 milhão acima dos 45 dias.

Dúvidas

De acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) vai ser difícil cumprir os prazos determinados no acordo entre os órgãos federais sem a contratação de mais servidores. "O **INSS** preferiu enrolar, ora pegando militares aposentados, ora pegando servidores de outros órgãos, como se isso fosse resolver a falta crônica de recursos humanos, sem falar que, para atender essa imensa demanda de benefícios, pratica assédio moral, exigindo metas absurdas e ilegais", afirma nota da Fenasps.

"O acordo, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é de extrema importância para todos. Vai ao encontro das ações que já vínhamos fazendo desde 2020 para agilizar a concessão de benefícios" Leonardo Rolim, presidente do **INSS**

Governo quer pagar benefício a pessoas carentes com deficiência que trabalharem

Thiago Resende e Bernardo Caram Brasília

O governo quer que pessoas com deficiência de baixa renda, que recebem o BPC, ingressem no mercado de trabalho formal. Hoje, esses beneficiários deixam de receber a assistência social se assinarem um contrato de emprego.

A ideia é pagar metade do BPC (benefício de prestação continuada) a essas pessoas quando encontrarem um trabalho de até dois salários mínimos (R\$ 2.200).

A mudança foi embutida em uma medida provisória já aprovada pelo Congresso e deve ser sancionada por Jair Bolsonaro ainda em junho.

O BPC é voltado à população de baixa renda que tenha mais de 65 anos ou a pessoas com deficiência que se enquadrem na faixa de renda do programa. O benefício mensal é equivalente a um salário mínimo (R\$ 1.100).

O mecanismo de estimular o trabalho formal para esse público foi desenhado para aqueles que recebem o BPC por causa de deficiência. Ele é chamado de auxílio-inclusão.

O valor do auxílio, segundo o argumento do governo, se somará ao do salário da carteira. Então, a pessoa com deficiência receberá mais do que a renda se permanecer com o BPC integral. Isso deverá reduzir os gastos com o BPC, mas o governo ainda não informou o impacto da medida.

A legislação federal exige que empresas com cem ou mais funcionários ocupem de 2% a 5% de seus cargos com pessoas com deficiência.

Com isso, a equipe econômica espera que 300 mil vagas para trabalhadores com deficiência sejam preenchidas. Hoje segundo membros do governo, empresas têm dificuldade para cumprir a cota.

Esse mesmo modelo de reduzir -em vez de zerar- o benefício social quando a pessoa ingressar no mercado de trabalho deve ser proposto no projeto de reformulação do Bolsa Família.

No formato atual, o beneficiário deixa o Bolsa Família

quando consegue um emprego formal e, depois, se perder o contrato de trabalho, tem dificuldade de voltar ao programa.

A ideia é que, se ele encontrar um emprego formal, continuará recebendo, por um período determinado, uma parte da assistência social.

Para integrantes do Ministério da Economia, o risco de perder os recursos dos programas desestimula a pessoa com deficiência ou o beneficiário do Bolsa Família a procurar acesso ao mercado de trabalho.

No entanto, o Bolsa Família paga em média R\$ 191 por mês -bem abaixo de um salário mínimo. O programa tem o objetivo de transferir renda para pessoas abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza.

Atualmente, a regra é uma renda mensal por pessoa de até R\$ 89 (extrema pobreza), independentemente da composição familiar, ou de até R\$ 178 (pobreza), para famílias que possuam crianças ou adolescentes de até 17 anos.

No caso do BPC, a faixa de renda é R\$ 275 por pessoa da família. Esse teto pode subir para metade do salário mínimo (R\$ 550) por membro, mas apenas em caso de grau de deficiência mais elevado.

Essa flexibilização na regra para receber o BPC foi aprovada pelo Congresso via MP (medida provisória) no fim de maio. Essa foi a mesma MP usada pela base do governo para enxertar a proposta do auxílio-inclusão a pessoas com deficiência que recebem o benefício assistencial.

Pelo texto enviado à sanção de Bolsonaro, para manter o auxílio-inclusão, o contrato de trabalho não pode ultrapassar dois salários mínimos por mês, e será exigido que a pessoa receba o BPC há mais de cinco anos.

Revisão da vida toda do **INSS** fica a 1 voto de derrota no STF

O STF mantinha até a noite desta quinta-feira (10) maioria de 5 a 4 contra a constitucionalidade da revisão da vida toda.

Nessa ação judicial, aposentados do **INSS** reclamam o direito de recalcular seus benefícios com a inclusão na composição da média salarial de contribuições previdenciárias realizadas antes de julho de 1994.

Acompanhando o voto do ministro Nunes Marques, Dias Toffoli, Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Luiz Fux deram pareceres desfavoráveis à revisão.

O relator, ministro Marco Aurélio, que apresentou posicionamento favorável à ação, havia sido acompanhado até a conclusão deste texto pelos ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia e Rosa Weber.

O julgamento ocorre no plenário virtual, modalidade em que os ministros apresentam seus posicionamentos via internet. A previsão de término do julgamento é para esta sexta-feira (11). Clayton Castelani

Entenda o BPC

Quem recebe

Pessoas de baixa renda com 65 anos ou mais ou de baixa renda com deficiência

Valor é equivalente a um salário mínimo (R\$ 1.100)

Como é hoje

Quem recebe o BPC (R\$ 1.100 por mês) perde o direito ao benefício se conseguir um trabalho formal

Ao fim do contrato de trabalho, poderá pedir o BPC nova mente

Como fica

Se a pessoa com deficiência conseguir um trabalho formal, o valor do BPC cairá pela metade (R\$ 550)

Portanto, esse benefício parcial servirá para aumentara renda (se somando ao salário)

Para manter o BPC parcial, o salário não pode ultrapassar dois salários mínimos (R\$ 2.200)

Será exigido que a pessoa tenha recebido o BPC há pelo menos cinco anos

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

55

Previdência militar pode custar R\$ 703,8 bi

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A União teria de desembolsar R\$ 703,8 bilhões caso tivesse de pagar hoje todos os benefícios futuros dos militares ativos e inativos das Forças Armadas e seus pensionistas. O custo, chamado de déficit atuarial, foi calculado pela primeira vez pelo Ministério da Economia, após o Tribunal de Contas da União (TCU) ter conseguido no ano passado abrir a caixa-preta dos dados do sistema de proteção social das tropas.

O acesso às informações foi o centro de um cabo de guerra que durou três anos. Sob a alegação de que a reserva e a reforma não constituíam um benefício previdenciário, as Forças Armadas se recusavam a calcular o custo fiscal futuro desses pagamentos. Mas a Corte de contas exigiu a estimativa diante do valor significativo envolvido.

Em 2020, o TCU finalizou as estimativas e entregou ao Tesouro, que divulgou os números.

Neste ano, o próprio Ministério da Economia fez as contas, com metodologia e premissas semelhantes às adotadas para calcular o custo futuro dos benefícios aos servidores civis.

Os dados foram divulgados no Relatório Contábil do Tesouro ontem e têm como referência a posição em 31 de dezembro de 2020.

O déficit atuarial considera todas as contribuições que serão recolhidas no futuro e os gastos que o governo terá para bancar os benefícios dos militares, que são 369,4 mil da ativa, 162,9 mil inativos e 199,9 mil pensionistas, segundo dados de 2020 apresentados pelo governo no envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022.

O rombo existe porque, mesmo com o aumento da alíquota de contribuição de 7,5% para 10,5% para os militares ativos e inativos e extensão da cobrança para pensionistas, os valores arrecadados são insuficientes para cobrir a diferença deixada pelas despesas futuras. A diferença vira um custo extrapotencial, a ser honrado no futuro, e por isso precisa ser provisionado no balanço da União.

Na última reforma dos militares, a categoria foi agraciada com uma série de gratificações e reajustes, além de regra de transição bem mais suave do que os servidores civis ou trabalhadores que contribuem ao **INSS**, com pedágio de 17% sobre o tempo que falta

para a reserva.

Para os demais, esse adicional ficou entre 50% e 100%.

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, afirma que a explicitação do dado do déficit atuarial dos inativos do serviço militar é importante para indicar que o desafio da Previdência foi "apenas parcialmente resolvido" em 2019.

"O tratamento diferenciado dado a essa parte da despesa mostra que o gasto futuro com os militares seguirá alto. É um ponto que precisaria entrar em eventual nova discussão sobre a Previdência." Segundo o relatório do Tesouro, somente os benefícios que serão pagos a militares da reserva ou reforma devem custar R\$ 405,8 bilhões, calculados a valores de hoje. Desse valor, R\$ 152,9 bilhões são de benefícios a conceder (militares ainda em atividade) e R\$ 252,9 bilhões de remunerações concedidas.

Já as pensões concedidas ou a conceder geraram uma provisão de R\$ 298 bilhões.

O valor global do déficit atuarial é menor que o calculado inicialmente pelo TCU, de R\$ 729,3 bilhões, e que tinha como referência a posição em março de 2020. Segundo o Tesouro, as estimativas passaram por alguns aprimoramentos, como o uso de "tábuas biométricas": para cada idade dos atuais e futuros recebedores de pensão, é atribuída uma probabilidade de sobrevivência, ou seja, de continuar recebendo o benefício.

Regime civil. O déficit atuarial dos militares é menor, em termos absolutos, do que o custo de R\$ 1,158 trilhão que a União teria para bancar hoje os benefícios futuros de seus **servidores públicos** civis. No entanto, o regime próprio dos servidores civis tem maior alcance, com 1,45 milhão de segurados, sendo 663,5 mil ativos, 479,5 mil aposentados e 305 mil pensionistas, segundo dados de 2020 informados pelo governo na proposta de LDO para 2022.

Em relação ao **INSS**, o governo ainda não inclui o valor do passivo atuarial no balanço da União porque, segundo normas internacionais, essa não é considerada uma "dívida" dos governos. Mesmo assim, o Tesouro aponta que a projeção do déficit previdenciário (a diferença entre receitas e despesas num único ano) é de 3,50% do Produto Interno Bruto

(**PIB**) e chegará a 8,67% do **PIB** em 2060. Apesar do aumento, a "linha de chegada" é menor do que antes da reforma da Previdência, quando o rombo poderia chegar a 11,64% do **PIB**.

"A reforma da Previdência amenizou, mas não conteve o crescimento do déficit previdenciário projetado", diz o Tesouro.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TCU defende a unificação de dados sobre benefícios

Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) defenderam ontem, na Câmara dos Deputados, a importância de a União instituir um sistema capaz de integrar as informações sobre remuneração e benefícios recebidos por trabalhadores da iniciativa privada, **servidores públicos**, aposentados, pensionistas e beneficiários de programas assistenciais.

A organização destas informações a nível federal está prevista na Emenda Constitucional nº 103, de novembro de 2019. Em seu artigo 12º, a emenda estabelece que compete à União criar uma base de dados capaz de reunir as informações fornecidas pelos entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios), bem como pelos órgãos públicos responsáveis pela gestão de proventos, pensões e benefícios assistenciais.

A medida visa a um maior controle sobre a remuneração e proventos pagos a ocupantes de cargos públicos, pensões de segurados dos regimes de **Previdência Social** geral e próprios, incluindo militares, e benefícios sociais das três esferas (federal, estadual e municipal). Para os técnicos do TCU convidados a participar da reunião que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realizou ontem, o sistema também ajudaria a evitar pagamentos indevidos de benefícios como o auxílio emergencial criado para ajudar a quem teve a renda comprometida pelos efeitos econômicos da pandemia da Covid-19.

Comparando as estimativas iniciais de pessoas que cumpriam os requisitos legais para receber o auxílio emergencial com a quantidade de benefícios pagos até agosto de 2020 (quando ajustes foram feitos no programa), o TCU identificou que cerca de 7,3 milhões de pessoas chegaram a receber ao menos uma parcela da ajuda federal indevidamente. Além disso, 6,4 milhões de mães solteiras receberam em dobro o valor do auxílio sem fazer jus.

Uma vez constatados esses e outros problemas, 3,7 milhões de benefícios foram cancelados ao longo do ano passado. Ainda assim, o TCU estima que cerca de R\$ 45,8 bilhões foram liberados indevidamente.

Parte disso, para **servidores públicos** e trabalhadores da iniciativa privada cujo vínculo

empregatício e faixa de rendimentos poderiam ter sido verificados se o país contasse com o sistema previsto na Emenda Constitucional nº 103.

Requisitos legais - "Infelizmente, não temos esta base de dados sistematizada no âmbito federal", disse o coordenador- geral de Controle Externo da Área Econômica e das Contas Públicas do TCU, Tiago Alves de Gouveia Dutra, ao comentar a dificuldade de os órgãos de controle verificarem se os beneficiários preenchem todos os requisitos legais necessários, principalmente no tocante à renda.

"Temos muitos problemas de falsidade documental e ideológica em programas sociais.

É difícil identificar a composição familiar e a autodeclaração de renda é uma questão que exige a qualificação da base de dados governamentais.

Um sistema integrado de dados seria fundamental para garantir que as políticas públicas beneficiassem as pessoas que realmente precisam delas - o que é importante para garantir a efetividade e a sustentabilidade da política", acrescentou Dutra.

Já o secretário de Controle Externo da Previdência, Assistência e Trabalho do TCU, João Ricardo Pereira, enfatizou que a base de dados integrada também facilitaria o acompanhamento da situação socioeconômica dos beneficiários regularmente inscritos nos programas. "Ao longo do tempo, centenas de milhares se tornam inelegíveis [a receber um benefício assistencial].

Seja porque conseguem um emprego formal, seja porque obtêm outros benefícios, como o seguro-desemprego, ou até mesmo porque vêm a óbito. É necessário integrar as bases de dados, pois, às vezes, até mesmo o TCU, que tem mandado legal para requisitar informações, enfrenta dificuldades burocráticas para obtê-las", acrescentou Pereira. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-11-06-2021/>

Projeto de Lei dá segurança a policiais e bombeiros contaminados pela Covid - A.PARTE

RICARDO CORRÊA

O deputado mineiro Junio Amaral (PSL) protocolou, na Câmara Federal, projeto de lei para que policiais militares e bombeiros de todos os Estados do país infectados pela Covid-19 tenham garantida a presunção de que a contaminação tenha ocorrido em serviço.

Segundo o parlamentar, o objetivo do PL é dar mais segurança na hora do acesso aos benefícios previdenciários às famílias de militares que faleceram vítimas da doença. De acordo com Amaral, PMs e Bombeiros compõem uma das carreiras que ficaram mais expostas ao risco de contaminação durante a pandemia.

"A natureza do trabalho por si impõe contatos físicos constantes com grande quantidade de pessoas e em regra não há como fazer isolamento social na realidade do trabalho. Logo, é razoável presumir que a contaminação de deu em serviço", argumentou o deputado.

Ele explica que o processo previdenciário nas corporações é burocrático e demorado, exigindo dos militares afastados ou das famílias de militares mortos inúmeros laudos que comprovem que a causa foi devido o exercício da profissão. "Pelo que conheço do regulamento, pelo que conheço dessa dificuldade desse atestado de origem é necessária uma proteção legal mais clara para os casos de mortes por Covid-19", afirma.

Para embasar a argumentação, na redação do PL o deputado trouxe um levantamento feito em abril pelo portal de notícias G1, do grupo Globo, com dados sobre mortes de militares durante a pandemia em Goiás. De acordo com a matéria, em Goiás, 1.784 policiais militares foram contaminados com o coronavírus, o que representa 14,71% da tropa. Ao todo, 18 policiais morreram no Estado.

De acordo com a reportagem citada, a média nacional em afastamentos por Covid entre as polícias Civil e Militar é de 24,54%.

De acordo com dados da PM de Minas Gerais, já morreram vítimas do coronavírus 32 policiais no Estado. Já no Corpo de Bombeiros de Minas, cinco militares da ativa morreram em decorrência da doença. A PMMG afirmou que não há presunção de causa morte no processo previdenciário da corporação. Segundo a instituição, "todos os casos são atendidos pericialmente por dois ou três médicos peritos, posteriormente todos os documentos médicos relevantes são analisados, e o caso é discutido com todo o colegiado de médicos peritos".

Já o Corpo de Bombeiros informou que segue a presunção de contaminação por Covid-19 em serviço, exceto em casos como férias de militares, familiares contaminados antes do militar, entre outras situações. A corporação ainda afirmou que esse processo previdenciário é "mais célere e menos burocrático do verificado no meio civil, tal como no âmbito do **INSS**".

O PL contempla apenas policiais militares e bombeiros, no entanto, Amaral diz que, durante a tramitação, o texto está aberto para modificação, e nada impede que outros profissionais da segurança sejam contemplados também.

Moraes determina que Daniel Silveira pague R\$ 100 mil por violar tornozeleira

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou que o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) pague uma fiança de R\$ 100 mil após o parlamentar violar o monitoramento via tornozeleira eletrônica. O deputado terá um prazo de 48 horas, após abertura de uma conta na Caixa, para depositar o montante. Caso não pague a multa estipulada pelo STF, Silveira pode ser detido novamente de forma preventiva. Em sua decisão, Moraes avaliou que o Código Penal prevê a fiança "como medida cautelar diversa da prisão para, nas infrações que a admitem, assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial". O ministro citou o salário do parlamentar, de R\$ 33 mil mensais, ao definir o valor da fiança.

Cidadania e PSB desistem de ação

Sob pressão, o Cidadania e o PSB desistiram de ações no Supremo Tribunal Federal (STF) que pediam a suspensão dos pagamentos com verbas do orçamento secreto. O recuo das legendas causou estragos internos.

Um dos insatisfeitos, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) informou ao partido que se desfiliará da legenda. Representantes do PSB ouvidos reservadamente argumentaram que prefeitos e governadores contam com os recursos da emenda de relator geral e, por isso, pediram que o partido voltasse atrás.

Wajngarten pede ajuda a blogueiro investigado

Mensagens obtidas pela Polícia Federal no inquérito dos atos antidemocráticos mostram que, enquanto ocupou o cargo, o ex-secretário de Comunicação da Presidência Fábio Wajngarten recebeu aconselhamento do blogueiro Allan dos Santos, dono do portal Terça Livre. Ao se tornar alvo da PF, o ex-secretário pediu ajuda nas redes.

Juiz rejeita denúncia contra Lobão e aceita contra filho

O juiz Marcus Bastos, da 12ª Vara Federal do DF rejeitou parte da denúncia da Lava Jato contra o ex-ministro Edison Lobão e outras sete pessoas por supostos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro em contratos da Transpetro. O filho do ex-ministro, Marcio Lobão, no entanto, foi para o banco dos réus e será julgado no caso.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15941>

STF define nesta 6ª se aposentado pode pedir "revisão da vida toda"

Leia também

Veja também

Cupom Americanas: todos os códigos em um só link

Cupom Casas Bahia app todo o site com 20% de Desconto

Cupom Shopee app e no site 25% de Desconto

Cupom Submarino: confira todos neste link!

Cupom Extra: Dia dos Namorados com 30% de Desconto

Cupom Ponto Frio até 20% de Desconto! Todos os códigos nesse link!

Ganhe 12% de Desconto no Cupom TokEstok

20% Off com o Cu

O STF (Supremo Tribunal Federal) divulga nesta sexta-feira (11) se aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) poderão recorrer à "revisão da vida toda" para elevar o valor do seu benefício.

A ação é a maior discussão previdenciária desde o fim da desaposentação e defende que o aposentado merece a escolha do benefício mais vantajoso.

Até a noite de ontem (10) o placar do STF estava 5x4 contra os aposentados. O julgamento, que começou

na sexta-feira (4) e termina hoje, iniciou com o parecer favorável do relator do processo, o ministro Marco Aurélio Mello, que foi seguido por mais dois ministros: Edson Fachin, Cármen Lúcia Antunes Rocha e Rosa Weber.

Os demais ministros: Luis Roberto Barroso, Kassio Nunes Marques, José Antonio Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Luiz Fux votaram contra o parecer de permitir a "revisão da vida toda".

Acompanhe o desenrolar do julgamento aqui .

A decisão beneficia profissionais que estão no mercado de trabalho antes de julho de 1994 - aposentados ou não - que podem exigir a inclusão dessas contribuições na contagem.

No caso dos aposentados, o prazo para pedir a revisão é de até 10 anos, ou seja, se o segurado se aposentou em 2011, ele se expira este ano.

A ação já tem parecer favorável da PGR (Procuradoria Geral da República) que seguiu entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ganhou um reforço de peso na quarta-feira (3) quando a DPU (Defensoria Pública da União) juntou ao processo parecer totalmente favorável ao aposentado.

Os três defendem que o **INSS** deve considerar todas as contribuições previdenciárias que o segurado fez à **Previdência Social** no cálculo da sua aposentadoria.

O instituto, porém, recorreu ao STF para tentar frear a aplicação da chamada "revisão da vida toda" argumentando questões econômicas.

Para o advogado João Badari, especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, o posicionamento do **INSS** sobre o aumento dos gastos públicos com uma decisão favorável da "revisão da vida toda".

"Vale ressaltar que o número de ações dessa revisão é muito menor do que a da desaposentação. Por quê? É uma ação de exceção que vale para quem ganhava mais e com o passar dos anos passou a ganhar menos, teve o fim com a reforma da previdência, ou seja, não cabe mais para quem se aposentar pelas novas regras, além de a decadência de 10 anos, ou

seja, se o segurado se aposentou em 2011, ele se
expira este ano." comenta.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/economize/stf-define-nesta-6-se-aposentado-pode-pedir-revisao-da-vida-toda-11062021>

O tamanho da reforma "justa"

ISRAEL MEDEIROS

A inclusão de servidores militares, do Poder Judiciário e Legislativo na reforma administrativa tem ganhado cada vez mais força na Comissão Especial que analisa a PEC 32/2020, de autoria do Executivo. Em entrevista à Rádio Câmara, ontem, o relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA), apoiou publicamente a inclusão dessas categorias para a realização de uma "reforma justa".

"Eu não tenho dúvida nenhuma de que temos que incluir todos os funcionários públicos do Brasil na reforma administrativa. Eu já disse que, pessoalmente, me sinto pouco à vontade para fazer uma reforma administrativa atingindo apenas os funcionários do Poder Executivo. Os maiores problemas com relação ao funcionalismo não estão no Executivo, estão, principalmente, no Judiciário. Então não faz nenhum sentido deixar de fora juízes, promotores, servidores da Justiça e o Poder Legislativo, que é a nossa casa", disse o parlamentar.

Ele ressaltou que a proposta da reforma é acabar com privilégios, e, sendo assim, não há sentido em deixar os demais Poderes de fora das mudanças. "Essas distorções não podem existir, têm que acabar. E é para isso que estamos fazendo a reforma", complementou. Ele deu apoio a uma iniciativa do deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), que coleta assinaturas para incluir os demais poderes na reforma e também veta férias acima de 30 dias para qualquer funcionário na estrutura do Estado.

Arthur Maia disse que espera que Kataguirí consiga as 19 assinaturas que faltam para poder apresentar as emendas. O relator afirmou, no entanto, que caso seu colega de partido não obtenha as assinaturas, ele mesmo incluirá uma emenda sobre o tema. "Eu espero que ele [Kim Kataguirí] consiga as 19 assinaturas e que a gente possa caminhar no sentido de fazer uma reforma justa que inclua a todos e acabe com os privilégios. Se ele não conseguir, eu poderei, como relator, fazer essa emenda e incluir os demais poderes"

Ao Correio, o deputado Kim disse que o governo não tem demonstrado apoio à reforma. "Se ele quisesse isso, teria mandado na reforma inicialmente. A desculpa de que não pode interferir nos outros poderes não existe, ele já interferiu em outros projetos, como no caso do teto de gastos", comentou. "Todo mundo sabe que o Bolsonaro não quer fazer reforma",

criticou o parlamentar.

Kataguirí não acredita que a falta de apoio do governo inviabilizará a aprovação da proposta, mas comenta que a reforma é um tema delicado. "É uma reforma difícil", afirmou. Ele também destaca que as emendas corrigem distorções no Judiciário, Ministério Público e Legislativo que o governo não teve coragem de lidar.

Empenho do governo

O presidente da Comissão, Fernando Monteiro (PP-PE), defende que todas as propostas de emendas sejam analisadas pela comissão, "inclusive a que inclui militares, do Judiciário e Legislativo". Ele discorda, no entanto, que o governo não esteja empenhado pela aprovação da reforma.

"O governo está empenhado na aprovação da PEC 32/20. Sou testemunha disso. Conversei com o ministro Paulo Guedes, e ele demonstrou todo o interesse em ver a reforma aprovada para o bem do país. O presidente da Câmara, Arthur Lira, também está empenhadíssimo na aprovação da PEC, como disse aos líderes partidários, a mim e ao relator Arthur Maia".

Monteiro disse, ainda, que espera que a comissão possa aprovar o parecer do relator dentro do prazo regimental de 40 sessões. "Faremos a mais ampla discussão, respeitando os prazos regimentais para levar ao plenário para a deliberação".

Reforma administrativa e aposentadoria (2)

Antonio Tuccilio *Presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP)*

É um equívoco achar que aPEC 32, mais conhecida como Reforma administrativa, afetará somente os futuros servidores e que aposentados e servidores atuais não precisarão se preocupar, certo? Errado. E eu explico o porquê.

Que a reforma prevê o fim de concursos públicos não é surpresa. Mas já parou para pensar os problemas advindos dessa decisão? Sem os concursos, alguns cargos serão extintos. Simples assim. Sem concursos, os sistemas próprios de previdência se rompem e os governos terão caminho livre para aumentar ainda mais os descontos previdenciários, conforme autorizado na última reforma da Previdência. Isso prejudica tanto os atuais como os futuros servidores. Resumo: a reforma administrativa não poupará nenhum servidor.

Como está proposta, a reforma fará com que tudo passe para o chamado regime geral, o que afeta diretamente a remuneração dos aposentados, já impactada por descontos adicionais, como os definidos no estado de São Paulo.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, declara que não há riscos para a estabilidade do servidor e que 90% da categoria tem estabilidade, ao contrário de outros países, nos quais o índice não chega a 5%. O uso dizer que o ministro está enganado (não seria a primeira vez). A aprovação da PEC emergencial uns meses atrás, que promoveu o congelamento de salários de milhares de funcionários públicos, ajuda a provar que estabilidade para os servidores não é exatamente a especialidade do atual governo.

A reforma administrativa deixou de ser apenas uma possibilidade, pairando no ar há muito tempo. O que encaramos agora é uma espécie de caminhão desgovernado lançado a toda velocidade para cima do serviço público. E sua única intenção é incapacitá-lo o máximo possível. Não entendo e não sei como essa raiva direcionada aos **servidores públicos** surgiu, mas sei que há muito tempo os políticos se empenham como nunca para encontrar maneiras de prejudicar nossa classe.

Eles se esquecem de que somos fundamentais para o país. Somos médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, professores e professoras, também policiais e representantes de dezenas de outras

carreiras essenciais. **Servidores públicos**, ao contrário do que muitos acreditam, não são faraós ou dormem todas as noites em uma mina de ouro.

Com a aprovação da reforma, muitos aposentados serão prejudicados. São servidores que trabalharam por anos pelo bem do país. Além deles, ainda existem os atuais servidores, que todos os dias fazem o seu melhor para ajudar no desenvolvimento do país, seja em uma sala de aula, nos hospitais, nas ruas ou em uma repartição.

É bom falar agora para evitar o pior: a reforma administrativa não prejudica somente os 11,7 milhões de funcionários públicos do país. Precarizando o serviço público, prejudica 218 milhões de pessoas. Pelo Brasil e nosso futuro, não à reforma administrativa.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Estados têm dificuldades para aprovar medidas exigidas por socorro federal

Idiana Tomazelli / BRÁSILIA Vinicius Neder / RIO

A pouco mais de um ano das eleições, governadores que querem ingressar no novo Regime de Recuperação Fiscal terão de empenhar seu capital político na aprovação de medidas amplas de ajuste. Enquanto Rio Grande do Sul e Goiás estão adiantados, Rio de Janeiro e Minas Gerais devem enfrentar resistências políticas em suas Assembleias. Nesses dois Estados, já se fala em buscar "atalhos" para que sejam aceitos no programa sem cumprir todo o roteiro do ajuste.

A tentativa de "abreviar" o percurso para acessar o socorro federal poderia blindar governadores e parlamentares do desgaste de aprovar, às vésperas de uma eleição, medidas impopulares como cortes em incentivos fiscais, extinção de benefícios para servidores e reformas na Previdência do funcionalismo estadual. Nos dois Estados com mais medidas pendentes, Rio e Minas, os governadores Claudio Castro (PL) e Romeu Zema (Novo), respectivamente, devem concorrer à reeleição.

Qualquer investida para flexibilizar as exigências do programa enfrenta forte oposição do Ministério da Economia e também é vista com maus olhos por Estados que têm, ao longo dos últimos anos, implementado duras medidas de contenção de gastos. O temor entre técnicos do governo federal é que a lei seja novamente driblada por liminares obtidas no Supremo Tribunal Federal (STF), em novo revés na tentativa de incentivar o ajuste dos Estados.

Rio, Minas, Rio Grande do Sul e Goiás precisam acessar o socorro porque a parcela da dívida com a União é muito grande em relação a seus orçamentos, pressionados por rombos na Previdência dos servidores. Eles hoje dependem de liminares judiciais para suspender o pagamento, o que pode ser revertido a qualquer momento.

O Rio foi o único a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em 2017, mas a experiência revelou problemas do programa, o que levou a uma reformulação aprovada no início deste ano. A lógica de trocar o reescalonamento da dívida com a União por medidas de ajuste fiscal foi mantida, mas se buscou contornar falhas, como um longo período de alívio na dívida sem que o Estado fosse punido por descumprir

medidas de ajuste previstas no plano de reequilíbrio.

Assim, as novas regras exigem que o Estado faça a adesão e, então, aprove o pacote de ajuste antes da homologação do plano, que deve ocorrer em até 180 dias a partir da habilitação inicial.

O texto coloca como requisito a "implementação" das medidas, ou seja, não bastaria o envio de projetos de lei.

O prazo de seis meses para aprovar o ajuste é considerado exíguo por especialistas e políticos.

Rio Grande do Sul e Goiás adotaram uma estratégia de antecipação e têm aprovado medidas desde 2019, com reformas na Previdência e no RH do funcionalismo estadual. Para esses Estados, a única medida que falta é a instituição de um teto para os gastos (que já existe em Goiás, mas precisa ser prorrogado).

Atrasos. Rio e Minas, porém, acumulam pendências. No Rio, falta aprovar mudanças nas regras da Previdência, extinguir benefícios do funcionalismo (como triênios, quinquênios, entre outros) e criar o teto de gastos. Minas, por sua vez, ainda não conseguiu sequer aprovar a lei que autoriza o Estado a aderir ao programa de socorro federal. Interlocutores do governo mineiro afirmam de forma reservada que o diálogo político tem sido "difícil".

Deputados desses Estados afirmam ser possível "interpretar" a lei para que o plano seja homologado a partir do envio das propostas ou da aprovação parcial das medidas. O presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), André Ceciliano, pretende recorrer ao STF já na próxima semana.

Para o deputado estadual Luiz Paulo (Cidadania), não está claro que os Estados precisam aprovar mudanças na lei assegurando as ações de ajuste antes de homologar o plano. "É uma questão interpretativa", afirma. Para ele, seria possível aprovar o plano com o Ministério da Economia e, posteriormente, aprovar as medidas no Legislativo.

Líder do governo na Assembleia de Minas Gerais (ALMG), o deputado Gustavo Valadares (PSDB) reconhece que as medidas exigidas são "espinhosas"

e que, quanto mais próximo da eleição, mais difícil o convencimento dos parlamentares. "O governo não tem uma base política, então precisa elencar prioridades. A prioridade agora é aprovar a adesão ao regime, e aí vamos construindo o convencimento (para aprovar o ajuste) no dia a dia", diz.

O ex-secretário estadual de Fazenda do Rio, Guilherme Mercês, acha o prazo apertado para qualquer Estado. "A dificuldade é como aprovar as medidas já num ambiente eleitoral.

São reformas impopulares", afirma.

O consultor Raul Velloso, especialista em contas públicas, duvida da aprovação de medidas de ajuste em praticamente todos os Estados, em parte porque o calendário eleitoral de 2022 foi mesmo antecipado. "Ou o governador é suficientemente forte e articulado, e aprova o que quiser ou é muito difícil, na maioria dos lugares", afirma Velloso. Para ele, os Estados acabarão recorrendo ao STF.

No Rio, o processo de aprovação de medidas adicionais de ajuste, para além do que foi aprovado na primeira versão do RRF, pode trazer de volta o clima de "batalha" de 2017. A metáfora não é exagerada. A votação de algumas medidas, como a elevação da contribuição previdenciária dos **servidores públicos**, de 11% para 14% do salário bruto, se deu sob o barulho de bombas e o cheiro de gás lacrimogênio, enquanto a Polícia Militar (PM) tentava conter protesto de servidores. Mesmo assim, a proposta foi aprovada com folga.

O quadro agora é diferente.

Segundo o deputado estadual Luiz Paulo, a base parlamentar do governo é menor do que era em 2017 e o calendário eleitoral afetará as votações.

-

Assembleia do Rio vai ao Supremo contra decreto

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) vai questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) a constitucionalidade de alguns pontos do decreto federal, publicado em abril, que regulamentou as novas regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Semana passada, o Ministério da Economia aceitou o pedido de adesão do Estado ao novo RRF e, agora, o governo fluminense tem prazo de até seis meses para apresentar um novo plano de recuperação fiscal.

O presidente do Legislativo fluminense, André Ceciliano (PT), disse que a Alerj vai "ajudar muito" e

não "fugirá da responsabilidade" na votação de alterações legais necessárias para implementar medidas de ajuste, mas criticou alguns pontos previstos tanto nas novas regras do programa de socorro quanto no decreto de regulamentação. Ele estimou que o questionamento da constitucionalidade de partes do decreto será ajuizado no STF até o fim da próxima semana.

"O governo federal quer impor (a aprovação de) uma reforma administrativa aos Estados, coisa que nem ele conseguiu fazer no Congresso Nacional", afirmou ele, acrescentando que um Poder não pode determinar ao outro o que fazer.

As medidas de ajuste que mexem com benefícios dos servidores são as mais criticadas por Ceciliano.

As novas regras exigem o corte de reajustes automáticos por tempo de serviço ou incorporação no salário de gratificações por cargos comissionados. /

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ministro manda compartilhar

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, atendeu um pedido da Controladoria-Geral da União e garantiu ao órgão o compartilhamento de mensagens apreendidas na Operação Spoofing que citam o ex-chefe do Conselho, ex-presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Roberto Leonel de Oliveira Lima, e a delegada da Polícia Federal Erika Marena, que atuou na Lava Jato.

A decisão dada nesta quinta-feira, 10, registra que a CGU pediu os dados com o objetivo de 'dar continuidade' a apurações da Corregedoria. Em ofício enviado à corte o órgão citou dois processos abertos para investigar 'supostas práticas ilícitas de **servidores públicos** do Poder Executivo Federal no exercício de suas atribuições' citadas em publicações da imprensa.

As reportagens mencionadas pela CGU foram publicadas na esteira dos relatórios elaborados pela defesa do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva enviados ao Supremo Tribunal Federal após Lewandowski autorizar o acesso do petista a mensagens atribuídas à força-tarefa da Lava Jato que o citavam.

Parte da apuração da CGU tem como base mensagens que mostram que uma delegada da PF teria lavrado o termo de depoimento de uma testemunha sem que ela tivesse sido de fato ouvida.

'Como expõe a Erika: ela entendeu que era pedido nosso e lavrou termo de depoimento como se tivesse ouvido o cara, com escrivão e tudo, quando não ouviu nada à DPFs delegados de Polícia Federal são facilmente expostos a problemas administrativos', teria escrito o então coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10577>

O novo IVA brasileiro: as aparências enganam (2)

» PAULO ROBERTO FELDMANN

O Congresso recebeu do Poder Executivo, no segundo semestre de 2020, o Projeto de Lei nº 3.887/2020, que pretende instituir a Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). O projeto volta a ser cogitado agora porque o parlamento retomou a discussão sobre a **reforma tributária**. No entanto, é preocupante que não haja uma discussão ampla sobre esse projeto de lei, pois o impacto sobre o universo das 9 milhões de micro e pequenas empresas será enorme e devastador.

A CBS é um imposto diferente do que estamos acostumados no Brasil. Ele não é cumulativo, e, portanto, bem diferente do PIS/Pasep e do Cofins, que são cumulativos. A CBS vai estar presente em todas as etapas das diversas cadeias de valor, mas ela só incide sobre o valor agregado em cada etapa. Por essa razão, muitos acham que ela deveria ser denominada de IVA - Imposto sobre o Valor Adicionado, como faz a maioria dos países onde ela existe. Desta forma, ela terá uma alíquota única de 12%. Será um tributo federal que vai substituir o PIS e a Cofins.

De imediato, ela acaba com uma das principais causas de litígios judiciais e incerteza jurídica, que é a cumulatividade dos **impostos** federais. A outra grande vantagem da proposta é que ela veda a inclusão do ICMS e do ISS na sua base de cálculo, isto porque o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) havia determinado a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Mas, na forma como será instituída, ela traz sérios problemas, principalmente para as pequenas e microempresas, pois elas hoje estão submetidas à alíquota de 3,65% de PIS e Cofins e passarão a se sujeitar, sob a CBS, ao percentual de 12%. Diante desse cenário, existe a expectativa de que boa parte das empresas pequenas e médias que estão no lucro presumido migrem para o regime do Simples Nacional. Acontece que o regime do Simples Nacional vai contra os métodos ordinários de tributação da renda - baseada no lucro - e de tributação do consumo - baseada no valor acrescido.

Os regimes simplificados, como o Simples Nacional, não implicam uma redução da carga tributária. Tanto

isso é verdade que 45% das novas empresas brasileiras não sobrevivem aos primeiros três anos de vida, mortalidade para a qual a tributação sobre a receita bruta decerto contribui, mesmo ele sendo calculado sob alíquotas reduzidas.

Desde 2013 até 2018, a proporção de empresas optantes pelo lucro real, que já era pequena, reduziu-se ainda mais, de 3,15% para 1,38%. Estudos demonstram que as empresas tendem a conter artificialmente seus níveis de atividade para usufruir de tratamentos fiscais diferenciados, definidos por tetos de receita bruta. É de se esperar que empresas que estão hoje no lucro presumido, correspondentes a 7,20% dos CNPJs ativos no país, migrem para o Simples Nacional com o objetivo de escapar ao regime da CBS.

A questão que se põe, portanto, é se faz sentido uma reforma da tributação indireta para implantar o regime do IVA, tido como estado da arte mundial, para apenas 2% das empresas brasileiras. As micro e pequenas representam 99% das empresas ativas e são responsáveis por 52% dos empregos gerados no país. Sua heterogeneidade e sua dinâmica significam que, entre elas, há empresas inovadoras que pautarão o futuro da economia. Atingidas por falhas de mercado no financiamento e no custo desproporcional da burocracia, as empresas micro e pequenas usufruem na prática internacional de um conjunto de medidas para compensar tais adversidades, a exemplo de contabilidade simplificada, regime de fluxo de caixa para o IR e para o IVA, mecanismos facilitados de compensação de prejuízos e restituição.

No Brasil, o mito do benefício fiscal do Simples Nacional se tornou um refúgio oneroso para os contribuintes que tentam evadir-se dos problemas do sistema tributário e cria um problema adicional que muitos chamam de "complexo de Peter Pan", ou seja, a pequena empresa brasileira, muitas vezes, não quer crescer para não perder as regalias do Simples.

Fala-se muito da baixa produtividade das empresas de nosso país e, nessa hora, temos que lembrar que a maior parte delas é constituída por pequenas ou micro que justamente não querem crescer. Ao não crescer, deixam de contar com os benefícios da economia de escala, o grande fator impulsionador da produtividade. O Congresso tem um assunto extremamente delicado

em suas mãos, pois a aparência de modernidade da CBS poderá tornar ainda mais difícil a vida de quase 9 milhões de empresas brasileiras. As aparências enganam.

" Professor de economia da Universidade de São Paulo (USP)» ARISTÓTELES MOREIRA FILHO "
Doutor em direito pela Universidade de São Paulo (USP)

MP da Eletrobras desagrada a setores da indústria e energia

Mayara Paixão guarulhos

Às vésperas de ser votada no Senado, a MP (medida provisória) de privatização da Eletrobras é criticada por entidades ligadas à indústria e ao setor elétrico, que buscam um último diálogo com os parlamentares na tentativa de alterar seu conteúdo.

A MP foi enviada pelo governo para o Legislativo em fevereiro e caduca em breve, no dia 22 de junho. O texto foi aprovado na Câmara, há três semanas, com folga -foram 313 votos a favor, 166 contra e 5 abstenções. Mas foi nesse processo que nasceu o imbróglio que agora incomoda parte do mercado.

O objetivo central da medida era aumentar o capital social na Eletrobras por meio da emissão de ações ordinárias (que dão direito a voto), e assim diminuir a participação da União, que hoje corresponde a cerca de 52%. Isso se mantém, mas o novo texto ganhou adendos. Os principais são a contratação obrigatória de energia de termelétricas a gás e a priorização de pequenas centrais hidrelétricas (até 50 megawatts) nos próximos leilões de energia nova, previstos para setembro.

Os críticos ao texto têm apelidado esses adendos de "jabutis" -referência a emendas que alteram ou distorcem o objetivo inicial de uma MP ou de um projeto de lei. Argumentam que isso gera uma reserva de mercado e, por consequência, reduz a competição no setor de energia.

Nos poucos dias que faltam até que a medida expire, ela ainda deve passar pelo Senado e, no caso de os senadores fazerem alterações, volta para discussão na Câmara.

"Todos nós somos favoráveis à privatização [da Eletrobras], mas queremos que o processo ocorra de maneira que modernize o sistema elétrico, e não que o "desmodernize", declarou o presidente da Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livre), Paulo Pedrosa, durante seminário realizado pela Folha na manhã desta quinta-feira (10).

Ele criticou a ampliação do conteúdo da MP para além do projeto de capitalização, no que define como uma "minirreforma do setor elétrico decidida em dez dias de

discussão na Câmara".

Em linha semelhante, o IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás) defende o objetivo inicial da medida, mas questiona a opção por térmicas a gás e também as áreas onde elas estão localizadas -a versão da Câmara impõe a contratação de 6 gigawatts (GW) em térmicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

"Difícilmente essas térmicas serão abastecidas por gás nacional, porque há uma distância e um custo de infraestrutura que será necessário para viabilizar a chegada do gás [concentrado principalmente na costa brasileira] nas usinas", argumentou a diretora -executiva de gás natural do IBP, Sylvie DApote.

Cálculos do instituto sugerem que a contratação compulsória, como propõe a medida provisória, poderia gerar perdas de R\$ 600 milhões por ano em royalties.

O relator da matéria na Câmara, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), respondeu às críticas dizendo que os argumentos dos setores olham apenas para o mercado, e não para o cidadão. "Nós [Congresso] defendemos o interesse do povo e eles, dos grandes consumidores."

O parlamentar avalia que a contratação das térmicas faz parte de uma política de desenvolvimento regional, já que os gasodutos se desdobram em oportunidades de impulsionar a indústria local e atrair mão de obra. "Será que o centro do Brasil não tem direito a ter gás?" questionou.

D"Apote, do IBP, observou que, em vez de alavancar o potencial de desenvolvimento econômico regional, a MP pode reduzi-lo à medida que impõe termelétricas sem levar em conta outras características locais. "Assim como há regiões que têm produção de gás e que poderiam se alavancar, outras deveriam ser desenvolvidas à base de outros recursos renováveis, importantes na era de transição energética", disse. "O Nordeste, por exemplo, tem uma clara vantagem em fontes renováveis."

Apesar das divergências com setores do mercado, o texto da Câmara recebe apoio do governo federal.

Também presente no seminário, o chefe da

Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério de Minas e Energia, Hailton Madureira, disse que a pasta "tem convicção de que o texto aprovado na Câmara, no seu conjunto, é positivo, pois permite o aumento da competitividade e a redução da tarifa".

Madureira acrescentou que a capitalização deve tomar a empresa mais competitiva. "A Eletrobras não ganha um leilão no Brasil desde 2014. Capitalizada e mais robusta, ela vai ter capacidade para participar de leilões de transmissão e geração."

Em nota publicada nesta quarta (9), o Ministério de Minas e Energia projetou que, da forma como está, a MP levaria a uma redução tarifária média de 6,34% na conta de energia -num cenário conservador, a redução seria de 5,1%; no arrojado, de 7,3%.

Paulo Pedrosa, da Abrace, disse que é um erro não pensar também nos impactos para a indústria. "É um equívoco entender que reduzir a tarifa do consumidor pequeno é a melhor maneira. A família brasileira consome três vezes mais energia em produtos [por meio dos **tributos**] do que na conta de energia que paga; energia está no leite, no frango."

O deputado Elmar Nascimento discordou. "Não aceito mais essa política de Robin Hood às avessas de que o pobre vai financiar os ricos, como estão defendendo aqui." Ele diz acreditar que, se fizer mudanças, o Senado apenas acrescentará emendas que permitam maior desenvolvimento regional, de acordo com interesses estaduais representados pelos parlamentares da casa. No caso de serem retirados pontos como a reserva da compra de termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas, não se diz preocupado. "Como a MP volta para a Câmara, já ficou claro que a casa está determinada a corrigir equívocos."

Relator no Senado diz que ainda está discutindo a proposta

O relator do conteúdo no Senado é o parlamentar Marcos Rogério (DEM-RO), aliado do governo. Em coletiva de imprensa nesta quarta (9), ele disse ainda estar reunindo informações e propostas de emenda para o texto. "Não há nenhum ponto, a não ser a capitalização, que esteja definido. Tudo está na mesa, em diálogo com os senadores, o Ministério de Minas e Energia e a Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica]", declarou.

Com ele estava o ministro Bento Albuquerque (MME). Ele sinalizou novamente o apoio da pasta ao texto redigido pela Câmara.

Questionado sobre a contratação compulsória das térmicas a gás, disse que "o gás natural tem sido fonte importante de transição para uma matriz energética mais limpa. Isso já está ocorrendo no Brasil e vai acelerar com a MP" O seminário foi mediado pelo jornalista e colunista da Folha Vinícius Torres Freire e teve patrocínio do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás e da União Pela Energia. O vídeo do debate pode ser assistido em folha.com/privatizacaoeletrobras.

A capitalização [da Eletrobras] aumenta a competição no mercado de energia. Mais robusta, a empresa vai investir mais na expansão do sistema

Hailton Madureira de Almeida

chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério de Minas e Energia

[Nós, o Congresso] não vamos nunca mais ser chamados para opinar sobre a política do setor elétrico. Ou faz agora [as mudanças] ou nunca

Elmar Nascimento (DEM-BA)

deputado relator da MP na Câmara

Térmicas a gás são essenciais para segurança energética, mas têm que ser contratadas em bases econômicas e competitivas

Sylvie DApote

diretora-executiva de gás natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

Defeitos e jabutis do sistema elétrico que fizeram do Brasil o país da energia barata e da conta cara d

Paulo Pedrosa

presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livre

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49555>

A venda da Eletrobras e a conta de luz (2)

Vinicius Torres Freire *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

Governo e parte do mercado não se entendem sobre o custo da lei da privatização

As emendas que a Câmara dos Deputados fez na medida provisória de privatização da Eletrobras vão provocar um aumento de custo de uns R\$ 41 bilhões na conta de eletricidade, direta ou indiretamente: 10% a mais nas tarifas para pequenos consumidores e de até 20% para os grandes.

É o que dizem grandes consumidores de energia elétrica, grosso modo indústrias, comercializadores, gente do setor de óleo e gás e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, vários deles juntos no movimento União pela Energia. Nas contas do Ministério de Minas e Energia, o impacto somado deve ser quase nenhum, se algum.

Essa diferença de dezenas de bilhões de reais já é de espantar, mas a controvérsia é maior. Não apenas dados, premissas e métodos de cálculo são diferentes. Na teoria e na prática, os críticos das emendas da Câmara, aceitas pelo governo, estão dizendo que a lei da privatização da Eletrobras embute um plano dirigista para a expansão de parte da capacidade de geração de eletricidade. Isto é, estipula fontes de energia, locais de produção e tipo de fornecedor.

A oferta dessa energia não seria determinada (ou totalmente determinada) por mecanismos de competição e critérios gerais de emprego eficiente do capital (para nem mencionar os subsídios implícitos na legislação). A expansão da oferta deveria ser apenas orientada por um planejamento indicativo (que já existe).

A fim de evitar que o Congresso derrube a privatização, o governo defende a versão da lei aprovada pelos deputados. O que a Câmara colocou na medida provisória?

1) Deverá ser comprada energia de termelétricas a gás a serem instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (o Senado talvez ainda estipule estados). A medida implica a construção de gasodutos bilionários e talvez a importação de gás. A construção dessas térmicas é lobby velho.

2) Reserva de mercado para PCHs (pequenas centrais

hidrelétricas), privilegiando usinas em certos estados.

3) Prorrogação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), programa de subsídios para fontes de energia como a eólica e a solar, que de fato contribuiu muito para diversificação da produção de eletricidade.

Há ainda uma discussão enrolada sobre a distribuição dos ganhos com a privatização da Eletrobras entre pequenos e grandes consumidores, mas essa querela fica para outro dia.

O Ministério de Minas e Energia (MME) diz que o pessoal da União pela Energia usa método errado para calcular um possível aumento de custo (que, se houvesse, seria diluído ao longo dos anos e não teria tanta carga de **impostos**).

Compara os possíveis preços da energia a ser comprada de acordo com as determinações do Congresso com custos atuais (maiores e derivados de decisões velhucas, diz a União pela Energia).

Em nota enviada a este jornalista, integrantes da União pela Energia retrucam ainda que, além de não explicitar premissas, essa conta está equivocada por não levar em conta o preço da energia em cenário de expansão competitiva da oferta.

Deputados dizem que a lei leva em conta o pequeno consumidor e critérios de desenvolvimento regional.

MME e União pela Energia não estão de acordo sobre nada: dados, premissas, métodos ou concepção geral do mercado de eletricidade. De resto, a União pela Energia diz que as mudanças do Congresso abalam planejamento e regulação do setor elétrico, com o comprometimento do ambiente de investimento do setor.

Há dezenas de bilhões de reais na mesa, há lobbies políticos e empresariais pesados que não estão explicitados e essa mudança imensa está sendo discutida em poucas semanas. Governo e Congresso Nacional governista querem aprovar tudo até dia 22 (ou a medida provisória caduca). Mas é o caso de parar tudo e rever esse rolo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

55

Tributar a globalização (3)

Centenas de bilhões de dólares poderão engordar a receita de dezenas de países, incluído o Brasil, se novas, mais eficientes e mais justas formas de tributação das multinacionais forem acordadas, como vem propondo há mais de dez anos a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Erosão fiscal e desvio de lucros podem custar até US\$ 240 bilhões anuais em perdas tributárias, segundo estimativa da organização. Um passo para a reforma do sistema foi dado no dia 5 pelos ministros de Finanças do Grupo dos 7 (G-7), formado pelas maiores economias capitalistas (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá).

As multinacionais deverão ser sujeitas a uma tributação básica nos países onde operam, segundo o programa aprovado pelos ministros. Cada governo poderá cobrar pelo menos 15% sobre o lucro obtido no país. A ideia é evitar a cobrança do imposto apenas nos territórios onde as empresas são registradas.

Pelos padrões em vigor, grandes companhias multinacionais conseguem lucrar num território e realizar o acerto de contas fiscais em outros, segundo suas conveniências. Esse problema se agravou com a expansão dos negócios digitais, muito mais difíceis de controlar e de tributar. Novos esquemas de controle poderão mudar esse quadro, reduzindo o poder dos paraísos fiscais. A reforma acordada pelos ministros do G-7 deve ser submetida a ministros e presidentes de bancos centrais do G-20 em reunião prevista para julho.

Mas o acordo aprovado no encontro do G-7, realizado em Londres, envolve mais que o estabelecimento de um novo esquema de tributação de lucros.

Inclui também novas formas de controle e de correção dos efeitos climáticos da ação empresarial, além de um compromisso de apoio financeiro a países pobres para vacinação, outras políticas de saúde e programas de recuperação econômica.

"Os efeitos combinados da globalização e da digitalização de nossas economias causaram distorções e iniquidades que só podem ser eficazmente enfrentadas por meio de solução multilateral", disse o novo secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, ex-ministro de Finanças da Austrália.

O acordo no G-7, acrescentou, é um "marco na

direção do consenso necessário para a reforma do sistema tributário internacional".

O caminho para essa reforma vem sendo aberto há anos, por meio de estudos e propostas da OCDE, sob liderança do antecessor de Cormann na chefia da organização, o economista mexicano Angel Gurría.

O trabalho começou logo depois da crise financeira internacional de 2008 e tornou-se mais visível a partir de 2019, com a apresentação de propostas para a constituição do novo sistema. Um dos efeitos desse esforço tem sido um controle maior da sonegação, da evasão fiscal e da operação dos paraísos tributários.

Um esquema internacional de tributação básica pode proporcionar a cada país um controle maior dos ganhos de empresas multinacionais - com sede local ou no exterior - e uma distribuição mais equitativa da receita de **impostos**. O bom uso desse dinheiro dependerá, naturalmente, das condições políticas de cada país, mas pelo menos as condições de geração dessa receita terão melhorado.

O Tesouro brasileiro poderá ganhar nos dois campos, porque o Brasil é uma importante área de operação de multinacionais estrangeiras e, ao mesmo tempo, país de origem de empresas com negócios em outros territórios. Dezenas de empresas brasileiras, segundo dados da OCDE, têm aproveitado paraísos fiscais. Milhões de brasileiros poderiam ser beneficiados se essas companhias fossem tributadas normalmente no País e o dinheiro fosse bem aplicado, sem interferência do Centrão e de ministros gastadores.

A proposta dos ministros do G-7 é um avanço, mas haverá detalhes importantes para discussão no encontro do G-20, em julho. Também será preciso, depois, negociar muitos pontos com outros envolvidos no movimento de reforma. Muito melhor do que combater a globalização é domá-la e criar condições para aproveitar amplamente suas potencialidades.

Acordo do G-7 é um passo para combater a evasão e controlar as multinacionais

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Petrobras completa 40 dias sem reajuste, mas combustível sobe no posto

Nicola Pamplona RIO DE JANEIRO

Após um início de ano de forte alta nos preços dos combustíveis, o Brasil completou nesta quinta (10) 40 dias sem reajustes nas refinarias. Nos postos, porém, os preços continuam subindo, sob efeitos de repasses de ICMS e do aumento dos biocombustíveis.

Levantamento feito a pedido da Folha pelo Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) indica que a estatal vem evitando repasses imediatos das volatilidades externas após a mudança em seu comando.

Os dados mostram, por exemplo, que a empresa deixou de acompanhar um repique nas cotações internacionais no início de maio, quando o preço médio praticado em suas refinarias chegou a ficar R\$ 0,08 por litro abaixo do valor de referência da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

"Aparentemente, essa gestão está mais preocupada com a volatilidade", diz a pesquisadora do Inep Carla Ferreira, ressaltando que ainda é cedo para conclusões. "Talvez estejam com outra lógica, de olhar os preços de uma forma mais alongada que o [ex-presidente Roberto] Castello Branco."

A estatal diz que não alterou sua política de preços. "A Petrobras monitora permanentemente o mercado e, a partir de uma percepção de realinhamento de patamar, seja de câmbio, seja de cotações internacionais de petróleo e derivados, realiza reajustes."

Castello Branco foi demitido por Bolsonaro em fevereiro, em meio à escalada dos preços, em um processo conturbado que derrubou as ações da companhia e levou a uma debandada inédita no conselho de administração da estatal.

Para seu lugar, Bolsonaro nomeou o general Joaquim Silva e Luna, que estava em Itaipu Binacional e assumiu o cargo defendendo que buscaria reduzir a volatilidade, mas prometendo "conciliar interesses de consumidores e dos acionistas".

O discurso animou investidores, que mantêm a confiança na valorização das ações da companhia, diante da perspectiva de distribuição de elevados

dividendos já em 2021.

Nicholas Exel, colaborador do site financeiro Seeking Alpha, classifica as ações da Petrobras como "uma barganha".

Apesar da recuperação das cotações do petróleo nas últimas semanas, chegando a ultrapassar a barreira dos US\$70 por barril, a gestão Silva e Luna vem sendo beneficiada pela valorização do real ante o dólar.

Entre o anúncio mais recente de reajuste, em 30 de abril, e esta quinta (10), a cotação da moeda americana no Brasil caiu 7%, de R\$ 5,44 para R\$ 5,07. A desvalorização do real no início do ano foi o principal fator de pressão sobre os preços dos combustíveis, que vêm batendo recordes históricos em 2021.

Assim, as cotações internacionais se aproximaram do preço interno após o repique do início do mês. Segundo cálculo da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), na segunda (7) a defasagem média do diesel era de 1% e a da gasolina, 2%.

Nas bombas, apesar da falta de reajustes, os preços continuam em alta. Na semana passada, o litro do diesel foi vendido no país, em média, a R\$ 4,490, valor 5% superior ao registrado um mês antes. A gasolina comum subiu 1,7% no período, para R\$ 5,656 por litro.

Para especialistas, a alta reflete repasses de elevações no preço de referência para cobrança do ICMS e biocombustíveis pressionados pela elevação das cotações internacionais e pela seca. No caso do diesel, houve também o fim da isenção de **impostos** federais concedida por Bolsonaro em março, que durou dois meses.

No dia 1º de junho, 22 estados e o Distrito Federal elevaram os preços de referência para cálculo do ICMS no diesel e outros quatro mantiveram o valor. No caso da gasolina, houve elevação em 19 estados e no Distrito Federal.

O litro do biodiesel subiu de R\$ 4,425 para R\$ 5,536 entre o primeiro e o último leilão realizado pelo governo, mesmo com a redução do percentual de

mistura obrigatória de 12% para 10% -medida que visou tentar conterá escalada.

Já o preço do etanol anidro, que é misturado à gasolina, vem sendo pressionado pela seca sobre a lavoura, que atrasou a colheita da safra. Na primeira semana de junho, o valor de venda do produto pelas usinas de São Paulo subiu 0,88% em relação à semana anterior, para R\$ 3,43 por litro.

Bolsonaro diz que Câmara vai votar mudança no ICMS

Após reunião com o presidente da Câmara, o presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira (10) que o projeto de lei que altera regras de cobrança do ICMS sobre combustíveis deve ser votado na próxima semana.

A proposta é mais um capítulo da disputa de Bolsonaro com governadores pelo preço da gasolina.

O tema foi discutido em café da manhã no Palácio da Alvorada entre Bolsonaro e o deputado Arthur Lira (PP-AL), que comanda os trabalhos na Câmara.

"Falei com o Lira hoje [quinta], deve votar semana que vem a questão do ICMS de combustíveis, ter um valor nominal. Cada estado botar valor nominal. Vai chegar no posto e ver a placa lá [com] preço na refinaria, ICMS, imposto federal, lucro do posto e, aí está o grande nó, o frete. Tem monopólio do transporte de combustível. Se quebrar esse monopólio no transporte de combustíveis, o preço vai lá para baixo", disse Bolsonaro a apoiadores.

Pressionado pela alta no preço da gasolina, Bolsonaro tem acusado governadores de terem aumentado o ICMS sobre combustíveis. "Durante a pandemia, acho que quase todos [os governadores], se não todos, aumentaram o ICMS [sobre combustíveis]", queixou-se aos apoiadores. Ricardo Delia Coletta e Danielle Brant

Aparentemente, essa gestão [da Petrobras] está mais preocupada coma volatilidade. Talvez estejam com outra lógica, de olhar os preços de uma forma mais alongada que o [ex-presidente Roberto] Castello Branco

Carla Ferreira

pesquisadora do Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

55

O bitcoin, agora moeda oficial - CELSO MING

CELSO MING

Criptomoeda deixou de ser uma mera esquisitice monetária. Há anos, passou a ser especial preocupação dos bancos centrais pela ameaça à execução de suas políticas monetárias. Nesta quarta-feira, o Congresso de El Salvador aprovou por 62 votos a 22 uma lei que adota o bitcoin como moeda nacional.

O objetivo declarado é incentivar os investimentos no país. Não está claro como. Também não está claro como a novidade poderá funcionar.

A moeda vigente em El Salvador é o dólar dos Estados Unidos, que substituiu o colón em 2001. Agora não se trata da adoção de um regime de currency board, como o que teve a Argentina, de 1991 a 2002 (lei de convertibilidade), porque não há moeda de emissão nacional em paridade de um por um com o dólar. Tanto o dólar como o bitcoin são emitidos fora de El Salvador.

O bitcoin será aceito tanto como meio de troca (pagamento por bens e serviços e de **impostos**) como reserva de valor.

Os preços entre as duas moedas vigentes (o dólar e o bitcoin) serão determinados pelo mercado livre de câmbio.

Até agora, a circulação de moeda no mercado salvadorenho dependia da entrada de moeda estrangeira, obtida por exportações (café, açúcar, tabaco, etc.) por remessas às famílias dos cerca de 2 milhões de salvadorenhos que trabalham fora do país (20% do **PIB**) e pelos investimentos estrangeiros.

Um dos argumentos usados pelo governo salvadorenho para a aceitação da criptomoeda foi o de reduzir o custo das remessas do exterior. Essa parece falsa alegação, porque a parcela maior desse custo é a taxa de 10% cobrada nessas operações.

Se o objetivo fosse baixar o custo, bastaria reduzir o imposto.

O uso do bitcoin como moeda oficial traz pelo menos três dificuldades técnicas.

A primeira é a limitação da oferta.

Circulam no mundo algo como 18,7 milhões de bitcoins e seu total não poderá superar os 21 milhões. Outras criptomoedas poderão ser adotadas, mas aí será preciso saber quantas poderão circular como moedas oficiais.

Outra limitação é a alta volatilidade do bitcoin. Valia US\$ 9,10 há três anos, chegou ao máximo de US\$ 64,8 mil em 14 de abril e agora está sendo cambiado por US\$ 36,5 mil. É complicado usar moeda tão instável tanto como meio de pagamento corrente quanto como reserva de valor.

E será preciso ver como uma população pobre, de 6,4 milhões de habitantes, com uma renda per capita de pouco mais de US\$ 500 por mês, poderá usar o bitcoin como moeda corrente. A maioria não dispõe de computadores nem de acesso à internet.

A questão principal é a de que a revolução das criptomoedas não pode mais ser evitada. Há 10,4 mil em circulação e esperam-se muitas mais a serem criadas. Juntas, hoje têm um valor de mercado de US\$ 1,6 trilhão. (Na tabela, estão as seis maiores.) O pesadelo dos bancos centrais é o de que elas ganhem tal aceitação e tal densidade de circulação que impediriam a atuação da sua principal função que é a execução da política monetária (política de juros). Não há uma resposta convincente contra essa ameaça.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A sustentação da retomada (2)

ROGÉRIO WERNECK, ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

É natural que as boas notícias sobre a evolução do **PIB** no primeiro trimestre tenham dado lugar a grande otimismo sobre as perspectivas de recuperação da economia. Ainda é cedo, contudo, para entrever, com base nos dados divulgados na semana passada pelo IBGE, uma recuperação do nível de atividade, em 2021, tão forte como a que agora vem sendo apregoada.

A sustentação da retomada exigirá a superação de dificuldades nada triviais que, desde já, deveriam merecer cuidadosa atenção.

Há dúvidas cruciais sobre o que, de fato, terá de ser enfrentado pela economia no futuro próximo.

Como evoluirá a pandemia? O quadro já não parece tão alarmante como em abril. Mas o País ainda permanece num patamar médio de 1,7 mil mortes por dia, que continua a afastar ilusões sobre a proximidade do fim da pandemia. Os especialistas mais respeitados ainda não parecem convencidos de que o risco de uma terceira onda possa ser descartado. E, sem que a pandemia seja efetivamente debelada, é difícil que parte importante do setor serviços possa sair do marasmo em que se encontra.

Surpreendidos com uma taxa de crescimento no primeiro trimestre bem superior à que vinha sendo consensual no mercado, analistas vêm saudando em prosa e verso a suposta resiliência da economia à segunda onda da pandemia e aos lockdowns **impostos** pelos governos subnacionais.

A contrapartida da comemoração dessa resiliência, contudo, deveria ser apreensão com os efeitos que o desdém generalizado pelo distanciamento social poderá vir a ter sobre a evolução da pandemia.

Há ainda muita incerteza acerca das possibilidades de avanço da vacinação e do grau de imunização que tal avanço poderá assegurar ao País. Salta aos olhos quão atrasado está o Brasil no front da aplicação da vacina. E, quanto ao que esperar da vacinação, temos que ter em conta - por enquanto, pelo menos - não o que ocorreu nos Estados Unidos, mas a experiência bem menos auspiciosa do Chile, onde 80% dos imunizados vêm sendo vacinados com a Coronavac.

Outra dúvida crucial está relacionada à possibilidade de que a retomada seja abortada por insuficiência de oferta de energia elétrica. E, nesse aspecto, o governo se defronta com um dilema similar ao que enfrentou, de forma desastrosa, quando se deparou com a eclosão da pandemia, em março do ano passado.

Os especialistas são unânimes em assegurar que, se nada for feito em contrário, há alta probabilidade de que o País marche para uma crise hídrica aguda, até o final da estação seca, em novembro. Para não deixar que a situação chegue a tal ponto, é fundamental que o governo tome medidas preventivas claras, mobilizando o País com a necessidade de evitar uma crise energética mais séria.

O problema é que o governo teme que muito empenho e transparência, na adoção das medidas de precaução que se fazem necessárias, dê força a expectativas pessimistas que possam pôr a perder o delicado processo de retomada que está em curso. Qualquer semelhança com a postura do governo no início da pandemia não é mera coincidência. O desastroso negacionismo inicial de Bolsonaro não adveio de convicções baseadas em análises epidemiológicas equivocadas, e sim do pavor de que ações mais sérias de combate à pandemia, com adoção de medidas de separação social, viessem a arruinar a recuperação da economia em que apostava o presidente no seu segundo ano de mandato.

Finalmente, há de se ter em conta os efeitos paralisantes da rápida exacerbação da incerteza política sob a qual vem operando a economia.

Incerteza essa que, por razões óbvias, se entrelaça com sérias apreensões com a possibilidade de agravamento do quadro fiscal, na esteira de uma mobilização antecipada e destrambelhada do presidente com a difícil campanha eleitoral que terá pela frente, em 2022.

É cedo ainda para vislumbrar com clareza em que medida a conjunção dessas dificuldades tão sérias poderá vir a comprometer uma retomada mais vigorosa da economia.

O certo é que a sustentação da retomada não promete ser fácil.

ROGÉRIO WERNECK, ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA

PUC-RIO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Taxa de juros sobe em maio para pessoas e empresas

CRÉDITO A deterioração da expectativas relacionadas à **inflação** e ao desemprego fez dinheiro ficar mais caro no Brasil durante o mês passado. A taxa média de juros das operações de crédito no Brasil registrou alta no mês de maio tanto para as pessoas físicas como para as jurídicas. De acordo com pesquisa da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), divulgada nessa quinta-feira (10/6), a taxa de juros média geral para pessoa física apresentou elevação de 1,38% no mês, passando de 5,8% (96,71% ao ano) em abril para 5,88% ao mês (98,50% ao ano) em maio. É a maior taxa de juros desde dezembro de 2019.

Para as pessoas jurídicas, também houve registro de elevação nos juros cobrados nos empréstimos bancários. A taxa média geral para empresas apresentou uma elevação de 1,63% no mês, passando de 3,07% ao mês (43,74% ao ano) em abril para 3,12% ao mês (44,58% ao ano) em maio, a maior taxa de juros desde março de 2020.

Segundo o diretor executivo de Estudos e Pesquisas da Anefac, Miguel José Ribeiro de Oliveira, as elevações nas taxas podem ser atribuídas à expectativa de novas elevações da taxa básica de juros (Selic) frente a uma **inflação** maior, à provável elevação dos índices de inadimplência, e ao anúncio das elevações dos **impostos** das instituições financeiras da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), em 2021, já aprovada pelo Congresso.

"Essa provável inadimplência pode ocorrer por causa do fim das carências nos empréstimos, como pausas e carência nas negociações de dívidas; desemprego elevado; fim do pagamento dos auxílios emergenciais; elevação da **inflação** e seus efeitos na renda; e maior seletividade dos bancos na concessão de crédito", destacou Oliveira.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Breves apontamentos sobre a violência política no Brasil (2)

ROBERTA EUGÊNIO

O Brasil protege a violência política como quem cuida de um bem precioso.

É a violência política o instrumento que pode ser lançado ou posto numa balança quando a estrutura de poder se remodela. É uma ferramenta antiga, que muitos utilizam de forma hábil e quase regimental, mantendo a estrutura rudimentar e homogênea das casas legislativas intactas. São as práticas - até poucos anos - não narradas do espaço público brasileiro, porque tomadas como parte do jogo: ataques, ameaças, silenciamentos, assédio físico, sexual, difamação, agressões físicas e até mortes.

A compreensão da baixa presença de mulheres na política como um déficit democrático, junto às inúmeras reivindicações por espaço das demais maiorias silenciadas, fez com que a nuvem de poeira lançada sobre a violência política começasse a chegar ao chão e suas expressões comesçassem a ser nomeadas como um problema público.

Ou ao menos é assim que deveriam ser.

O quadro ainda homogêneo visto na política nacional vem sendo modificado por esforços coletivos das mulheres, negros e LGBTQI+, com destaque para o resultado positivo das últimas eleições municipais para as mulheres negras, indígenas e transgênero. E foi então que vimos o instrumento ainda pouco nomeado voltar a ser lançado tão logo eleitas as novas representantes, desta vez com intensidade e frequência até então inéditas. A sequência de ataques sofridos pelas vereadoras de diversas cidades e capitais assim que eleitas, e as recentes e constantes ameaças direcionadas à deputada estadual Érika Hilton e a vereadora Benny Briolli -como exemplo, mas não exclusivamente - sinalizam um novo momento nas velhas práticas políticas e eleitorais no Brasil: é passada a hora de agir.

As ações de enfrentamento à violência política contra as mulheres no Brasil devem partir do reconhecimento da lesão aos direitos coletivos, pois é isso que representa uma parlamentar precisar se exilar para exercer seu mandato em segurança. É inadmissível que não se assegure o exercício político daquelas que, eleitas democraticamente, empurram o Brasil para um

parlamento mais plural e representativo. O recado que está sendo compartilhado no silêncio político das instituições impõe a mobilização coletiva em defesa de cada uma das parlamentares, sob risco de não nos sobrar mais nada de diverso e pretensamente democrático neste país.

Os silenciamentos e a falta de segurança **impostos** às mulheres, em específico e de modo **mais cruel** às negras e trans, para o exercício regular do trabalho parlamentar no Brasil se adequa à imagem de uma autocracia embalada de democracia. As denúncias públicas dos ataques contra essas mulheres parecem ainda não encontrar eco na indignação pública, nas respostas institucionais e nas regras eleitorais. Como no próximo ano as urnas serão abertas novamente, é importante lembrar que a violência política contra as mulheres foi utilizada como "cabo eleitoral" e "palanque" nas últimas eleições, de modo que se tornar urgente repensar as regras eleitorais para que proibam e punam seu uso como marketing político.

Como conclusão insatisfatória deste tema aberto, relembro o tempo em que as instituições públicas "puniam" as mulheres vítimas de violência doméstica com a inexistência de um sistema mínimo de proteção, uma justiça cega e silente e a recorrente revitimização.

Esse quadro ainda não está adequado ao que desejamos, mas sem dúvida, o reconhecimento de que a violência doméstica e sexual é um problema público no Brasil é uma vitória de todas nós. Do outro lado da mesma moeda, quando tratamos da violência política contra as mulheres falamos de um diagnóstico comum na organização de um sistema patriarcal, racista, misógino e transfóbico, com a sensível diferença destas vítimas serem representantes de um sistema público, e mesmo assim não receberem acolhimento, como se privado fosse o ataque sofrido. É como se o privado fosse ocasião para deixarmos pra lá. O antigo não meter a colher - que, felizmente, ao menos como dito popular, hoje é publicamente contestado sobre brigas conjugais.

A violência política contra as mulheres têm marcado a todas e todos nós, mas esse instrumento que feriu o passado e o presente, segue lançado para o futuro que se projeta na política brasileira, a depender do que fazamos agora.

Nunca é demais lembrar: quem é de casa se movimenta com destreza no escuro.

Estado social e o neoliberalismo (2)

TATHIANA RODRIGUES SALGADO* E JAQUELINNE NEVES DE OLIVEIRA

O Estado Social é um arranjo político, no âmbito da arena estatal, caracterizado pela legitimação dos direitos sociais.

Esse arranjo político demanda a destinação de recursos para a área social e se materializa a partir da cessão de benefícios previdenciários para idosos, dos programas de transferência de renda destinados aos mais vulneráveis, na ação protetiva aos trabalhadores e desempregados, na oferta de vagas em creches e escolas públicas, assim como no financiamento dos sistemas públicos de saúde.

Seu nascimento não resultou da vontade política das elites nacionais, mas da luta dos trabalhadores europeus. Surgiu no final do século XIX, na Alemanha de Bismarck, quando foram instituídos os seguros vinculados aos acidentes de trabalho, a invalidez e a velhice.

Em 1935, nos Estados Unidos, surgiu a Lei do Seguro Social, permitindo subsídios no campo da saúde, assistência financeira aos idosos carentes e seguro-desemprego.

Pouco depois, em 1942, foi apresentado, no Parlamento Britânico, o Plano Beveridge que reestruturava o seguro social, com metas para combater a miséria, com foco nos idosos, nas mulheres e nas crianças.

A Lei de do Seguro Social e o Plano Beveridge representaram uma evolução em relação ao modelo constituído à época de Bismarck, justamente por colocar a ampliação e a universalização dos sistemas protetivos no centro da discussão política. Esse modelo foi generalizado para a Europa e transplantado, de modo diferencial, para alguns países da América Latina.

Essa matriz de intervenção implicou na ampliação das funções do Estado na sociedade. O Estado, como outrora, não se encarregava mais apenas da guerra ou da preservação do soberano. Essa mudança deve ser compreendida a partir do cenário político internacional. Eventos como a I Guerra Mundial, a Revolução Russa, a Crise de 1929 e a II Guerra Mundial, ampliaram os conflitos políticos nacionais, assim como os embates ideológicos. O debate político volta-se para a natureza da intervenção Estatal, colocando de lados opostos as

doutrinas liberais e as experiências descritas como socialistas.

O Estado Social ganha ossatura nesse campo de tensão política e de aumento da desigualdade social.

A tensão também traduziu a disputa pelo orçamento público e, tanto ontem como hoje, pode ser simplificada pela seguinte interrogação: quem pagará pelos serviços públicos e pelas políticas protetivas do Estado Social?

Países como a Suécia, a França, a Alemanha, o Reino Unido e os Estados Unidos, a partir de 1920, ampliaram as receitas tributárias. Nos Estados Unidos, em 1900, a receita tributária representou 6% da renda nacional, passando para 17% em 1930 e 30% em 1970. No Reino Unido, no mesmo período, o percentual foi de 10%, 21% e 30%, respectivamente.

A ascensão das receitas permitiu o financiamento do Estado Social. Em 1870, segundo Thomas Piketty, as despesas sociais na Europa representaram menos de 5% da renda nacional. A partir de 1920 a situação muda com progressivos aumentos de despesas relacionadas a educação, saúde, previdência e assistência social.

Na década de 1940, países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França aumentaram significativamente os **impostos** sobre a renda e sobre as heranças. O surgimento e elevação progressiva desses **impostos**, até a década de 1970, financiaram o Estado Social.

Esse modelo de atendimento das demandas sociais começa a ser criticado, com mais ênfase, a partir da década de 1970. A matriz da crítica foi sintetizada, anos depois, pelo chamado Consenso de Washington. Ali, o receituário político para os Estados nacionais passava pela adoção de reformas estruturais, pelas privatizações e pela obsessão pelo superávit primário. O objetivo, na gangorra orçamentária, era transferir recursos e ativos públicos para o mercado financeiro. As despesas sociais passam a ser compreendidas como onerosas e ineficientes. Austeridade passa a ser a forma de dizer que os grupos mais vulneráveis não terão lugar no Estado Mínimo.

A propaganda neoliberal oculta a associação entre o mercado e estado, demonstrada pelos regimes de compras públicas ou mesmo pelas diferentes formas de financiamento da produção e remuneração do

mercado financeiro. A separação entre mercado e estado, por essa ótica, é artificial. A eficiência da doutrina passa por afirmar o protagonismo do indivíduo em um mercado meritocrático, o que é necessário para bloquear a construção de ambientes políticos fora da atmosfera da competição individual e corporativa.

Mas o neoliberalismo não se opõe ao Estado. Seu inimigo é, sem dúvida, um regime de solidariedade política que chamamos de democracia. No jogo do mercado não há fair play e a regra para interpretá-lo é muito simples.

Quanto mais forte for o Estado Social, mais perto estaremos da democracia e mais distante do neoliberalismo.

É por tudo isso que o Estado Social Importa!

PIB de 1,2% e desemprego continua elevado (2)

Myrian Lund economista e professora dos MBAs da FGV

Essa é uma pergunta que não quer calar. Vamos entender o que está acontecendo e o reflexo no nosso bolso nos próximos meses. Mas, afinal o que é **PIB**?

O **PIB**, Produto Interno Bruto, é um indicador econômico e representa a soma de todos os bens e serviços produzidos em um país em um determinado período.

Nessa soma, leva-se em consideração o que foi produzido pela indústria, pelo setor de serviços (todas as atividades remuneradas) e pela agropecuária. Chega-se à mesma soma, se considerarmos: o consumo das famílias, gastos do governo, investimentos do governo e empresas e as exportações menos importações.

O **PIB** reflete a riqueza de um país.

Todos os países medem o seu **PIB**, o que permite comparar qual país está crescendo mais, gerando maior riqueza para a sua população. Com a queda do **PIB** de 4,1% em 2020, o Brasil deixou de figurar entre as dez maiores economias do mundo, passando ao 12º lugar, com participação de 1,6% no **PIB** global.

Qual o benefício para a população quando o **PIB** cresce?

O **PIB** do primeiro trimestre de 2021 do Brasil cresceu 1,2% em relação ao **PIB** do primeiro trimestre de 2020.

Fazendo um paralelo com a sua vida pessoal, é como se a sua renda mensal nos primeiros três meses deste ano tivesse crescido, acima da **inflação**, 1,2%, comparativamente à renda gerada nos três primeiros meses do ano passado, ou seja, você hoje conseguiria comprar mais itens que no ano passado.

Nesse sentido, podemos dizer que quando o **PIB** cresce: a economia do país cresce; a receita do governo, via **impostos**, aumenta; as empresas se interessam em dar andamento aos projetos, fazer novos investimentos; progressivamente, o desemprego diminui com a abertura de novos empregos decorrente dos investimentos realizados pelo governo e pelas empresas; e mais dinheiro em circulação leva a maior demanda por produtos e

serviços e, conseqüentemente, maior necessidade de mão de obra.

Qual a tendência do **PIB** no Brasil para 2021?

O mercado financeiro estima o crescimento do **PIB** da ordem de 5% para este ano de 2021, o que proporciona um clima positivo interna e externamente para a economia brasileira, tendo como principal reflexo a redução do desemprego no país. Como reflexos têm-se estabilização e queda do dólar (valorização do real) pelo maior ingresso de dinheiro no país, bolsa de valores em alta, pois as empresas tendem a ter melhores resultados, lucros mais elevados, e maior confiança dos empresários para investimentos no país, com geração de emprego e renda.

Quais são os pontos de atenção?

Da mesma forma que você precisa aproveitar momentos de maior renda para economizar, fazer uma reserva de emergência, aumentar a reserva para a aposentadoria, pensar no seu bem-estar financeiro quando parar de trabalhar, o país também precisa aproveitar este momento para não aumentar os gastos de custeio da máquina pública, realizar as reformas administrativa e fiscal e utilizar o incremento de recursos para investimentos necessários ao país, como infraestrutura, por exemplo. É o momento de organizar as finanças nacionais para que o governo tenha reserva para os momentos de "vacas magras" e/ou situações atípicas como a que estamos vivendo com a pandemia.

Myrian Lund economista e professora dos MBAs da FGV

Site:

<https://edicao.odia.com.br/2021/06/11/1059bc/issue9187.pdf>

Inflação alta é problema também nos EUA

ROSANA HESSEL

A **inflação** não é um problema só brasileiro. Nos Estados Unidos, a alta dos preços tem mostrado mais força do que o esperado pelo mercado, embalada pela recuperação da atividade econômica que está sendo turbinada pelos estímulos fiscais do governo do presidente norte-americano, Joe Biden. O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA registrou alta de 0,6% em maio em relação a abril, conforme os dados divulgados ontem pelo centro de estatísticas da maior economia do planeta, o Bureau of Labor Statistics. No acumulado em 12 meses, a **inflação** subiu 5%, a maior alta desde agosto de 2008.

O resultado ficou acima das previsões do mercado, de 0,4%, na comparação com abril, e de 4,7% no acumulado em 12 meses até maio. O núcleo da **inflação**, que exclui alimentos e energia, registrou elevação de 0,7% na comparação com abril e de 3,8% no acumulado em 12 meses. É o maior crescimento para o período desde junho de 1992. O economista André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), lembrou que a **inflação** é global. "Está todo mundo sofrendo com a alta dos preços das commodities, que é resultado do reaquecimento da economia global, principalmente com Estados Unidos e China crescendo mais rápido após a crise de 2020. Isso tem afetado os preços não apenas ao consumidor, mas também ao produtor. Logo, a **inflação** não é uma jabuticaba brasileira", explicou Braz. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, na quarta-feira (9), alta de 0,83% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de maio na comparação com abril, o maior percentual para o mês desde 1996, quando subiu 1,22%. Como o dado superou as estimativas, Braz elevou de 5,8% para 6,3% a previsão para o IPCA em 12 meses no fim de dezembro.

A **inflação** mais alta nos Estados Unidos pode pressionar o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) a antecipar mudanças na política monetária e subir juros. Isso poderá afetar as bolsas e os mercados emergentes, incluindo o Brasil, que perderiam o fluxo do excesso de liquidez.

Para o head de estratégia do Bradesco BBI, André Carvalho, a partir de julho, o Fed vai começar a discutir o momento ideal para começar o tapering (enxugamento da liquidez no mercado), o que, para

ele, deverá acontecer no fim do ano. "No nosso cenário base, em 2022, o Fed já começa a aumentar os juros", disse.

Apesar dos dados ruins do CPI, as bolsas norte-americanas operaram em alta, porque o mercado tentou minimizar o resultado. De acordo com Luis Otavio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, os pedidos de seguro-desemprego ficaram próximos das estimativas do mercado e ajudaram a evitar uma queda. "Enquanto o mercado de trabalho não reagir, o discurso do Fed de que a **inflação** é temporária cola", comentou Leal. "O mercado ainda está comprando a ideia do Fomc sobre a alta temporária de preços", reforçou José Francisco Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator. Conforme informações do Departamento do Trabalho americano, o número de pedidos de seguro-desemprego somou 376 mil na semana passada. Prévia do IGP-M sobre 1,24% O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) subiu 1,24% na primeira prévia de junho, em relação ao mesmo período de maio, quando o indicador tinha avançado 2,68%, conforme dados divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com esse resultado, a taxa em 12 meses do índice, que é utilizado na correção dos contratos de aluguel, passou de 35,18% para 36,61%. A desaceleração do mês foi puxada pela queda na alta dos preços do minério de ferro, que passou de 11,60% para 1,90%, no período. A commodity respondeu por 45% do resultado do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) em maio.

Consumidor paga mais, porém compra menos

VERA BATISTAGABRIELA CHABALGOITY*

O setor de supermercados registrou, no primeiro quadrimestre deste ano, um crescimento real (descontada a **inflação**) de 4,06% nas vendas, de acordo com dados do Índice Nacional de Consumo dos Lares da Associação Brasileira de Supermercados (INC Abras), que abrange uma cesta dos 35 produtos mais consumidos pelos clientes. No entanto, mesmo com os supermercados vendendo mais, o consumidor está enchendo menos o carrinho, devido ao aumento dos preços. Em abril, segundo a Abras, houve queda de 4,82% em relação a março.

O impacto da **inflação** no bolso dos consumidores tem sido severo e vem crescendo desde o ano passado, pelos reflexos da pandemia e pelo sumiço de alguns itens das prateleiras. O Índice Abrasmercado, revela que, desde abril de 2020, quando o custo para adquirir os 35 produtos era de R\$ 528,14, houve incremento no desembolso de 21,88%. Agora, para levar para casa os mesmos produtos, o consumidor vai ter que gastar R\$ 643,67. A quantia é também superior à do mês de março (0,92%), quando o custo total era de R\$ 633,38.

Os produtos com as maiores altas, em grande parte, são os mais demandados nas mesas dos cidadãos, principalmente os de baixa renda. Em 12 meses, a margarina cremosa subiu 19,87%; o biscoito cream cracker, 8,77%; a cebola, 5,59%; e o papel higiênico, 0,40%. Somente o tomate ficou 22,31% mais barato. "Ai vai uma dica para usar o tomate nos seus preparos", aconselhou Marcio Milan, vice-presidente institucional e administrativo da Abras. A batata também caiu 13,03% nos últimos 12 meses encerrados em abril.

Dinheiro curto

O aumento dos preços já interfere no consumo das famílias, que ficaram sem ter para onde correr. O ovo, quase sempre um dos escolhidos no processo de mudança forçada de hábitos alimentares quando o dinheiro é curto, deu um salto. Subiu 11,43%, entre janeiro e abril de 2021. Diante do cenário, Marcio Milan aconselhou uma nova substituição, por exemplo, para a carne suína, que teve queda de 8,91% no preço, no primeiro quadrimestre de 2021.

A pedagoga Ivoneide Dias, 50 anos, está espantada com os preços. "Comprava verdura e fruta toda semana, um pouco de cada. Agora, procuro a fruta da

estação, porque normalmente está mais barata. Antes, eu tinha variedade. Isso mudou. Comprando uma ou duas, quando está em promoção", contou.

Ivoneide conta que, nas idas ao supermercado, passou a usar uma lista de produtos para evitar comprar mais do que pode. Mesmo assim, teve que substituir produtos. "Não uso mais azeite, voltei para o óleo de girassol. A gente sempre comia de 15 em 15 dias filé mignon, camarão, essas coisas. Não temos mais condições nenhuma de comprar", acrescentou.

Já a professora Viviane Bosso Pancheri, 38 anos, tem ido mais a mercados menores que, segundo ela, ainda estão com preços mais razoáveis. "Tenho uma alimentação vegana. Apesar do surgimento de vários produtos para esse público, não noto baixa de preço, diante de concorrência. Sobre produtos mais básicos da cesta, tenho dado preferência para os minimercados de bairro, onde os preços estão melhores, e costumo comprar o necessário apenas para a semana", disse.

Entre os produtos da cesta da Abras que tiveram maior aumento no preço, entre janeiro e abril, estão ovos, com 11,43%, carne (dianteiro), 6,32% e feijão, 5,02%. Os preços do pernil (-8,91%), do leite longa vida (-4,48%) e do (-3,60%) tiveram queda nos quatro primeiros meses do ano. Mas, nos últimos 12 meses, a soja foi a campeã, com alta de 88,2%, seguida do arroz (64,3%) e da carne (40,1%). "Isso aconteceu devido ao aumento do custo de produção e também ao câmbio favorável às exportações", assinalou o vice-presidente da Abras.

Impacto global

O economista William Baghdassarian, do Ibmeq Brasília, afirma que é preciso analisar o que aconteceu em 2020, com relação à **inflação** e à perda de renda. "No ano passado, a pandemia do coronavírus causou vários impactos macroeconômicos locais e globais. O efeito do câmbio nos produtos agrícolas e em uma série de outros bens levou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA a 4,3%. Mas a **inflação** do Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) ficou muito alta, em 23%. O IGP-M provocou, então, esses preços exorbitantes", destacou o economista.

Baghdassarian explicou, ainda, sobre a substituição por itens que cabem no bolso. "No começo deste ano, devido à expansão da renda com o auxílio emergencial, as pessoas puderam comprar um pouco

além. Mas a crise que vivemos é debilitante. A **inflação** veio da expansão da dívida pública e da política fiscal descontrolada. O que está acontecendo agora no mercado é a representação final de um processo que começou lá atrás", ressaltou.

A Região Norte se mantém como a primeira no ranking dos preços mais altos na cesta de 35 produtos da Abras, com R\$ 728,76 (alta de 29,53% em 12 meses). Em seguida, vem o Sul, com R\$ 694,99 (18,49%), o Sudeste, R\$ 622,87 (20,78%), o Centro-Oeste, R\$ 601,93 (20,09%) e o Nordeste, R\$ 569,78 (20,04%). Brasília se manteve no topo do preço mais salgado das unidades da Federação. Em abril, a capital tinha uma cesta no valor de R\$ 726,22, o maior do país, com variação positiva de 0,91% em relação a março e de 22,15%, nos últimos 12 meses.

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Préviado IGP-M sobe 1,24%

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) subiu 1,24% na primeira prévia de junho, em relação ao mesmo período de maio, quando o indicador tinha avançado 2,68%, conforme dados divulgados ontem pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Com esse resultado, a taxa em 12 meses do índice, que é utilizado na correção dos contratos de aluguel, passou de 35,18% para 36,61%. A desaceleração do mês foi puxada pela queda na alta dos preços do minério de ferro, que passou de 11,60% para 1,90%, no período. A commodity respondeu por 45% do resultado do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) em maio.

Não financiamento do serviço público mata (2)

» *Israel Batista*

O Brasil tem insistido em uma política econômica que não financia o Estado, cortando recursos da saúde, da educação, da assistência pública, da infraestrutura etc. Este não financiamento coloca ainda mais pressão sobre os servidores, que trabalham em condições piores e acabam respondendo pela falta de equipamentos, de materiais etc. O serviço público também está em piores condições devido à escassez de concursos para repor os servidores que se aposentam. E não só isso: nos últimos anos, com o crescimento da fome, da pobreza e da informalidade (ainda bem antes do início da pandemia), os brasileiros se tornaram mais vulneráveis e, por isso, precisam de mais políticas públicas. Ou seja, antes da pandemia, fazia-se importante retomar o financiamento das políticas públicas e do serviço público.

Porém essa retomada do financiamento não ocorreu. E o não financiamento claramente deixou o país mais vulnerável para enfrentar a crise da covid-19. Se o Estado brasileiro tivesse reforçado o financiamento das políticas públicas e do serviço público, estaríamos em condições melhores para enfrentar a crise. Somente para termos uma ideia, dados de Bruno Moretti, Francisco Funcia e Carlos Ocké-Reis mostram que, se o Brasil tivesse continuado seguindo a aplicação de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) em saúde, como manda a Constituição, o financiamento da saúde entre 2018 e 2020 teria sido R\$ 22,5 bilhões mais alto.

Mas essa regra foi "congelada" pelo teto de gastos no nível de 2017, ou seja, mesmo que a RCL aumente (como tende a aumentar), o país deve gastar o mesmo valor de 2017, corrigido pela **inflação**. E agora, no pior momento da pandemia, o orçamento para a saúde neste ano de 2021, mesmo com créditos adicionais, será R\$ 20 bilhões menor que o orçamento de 2020. As amarras fiscais auto impostas - como é o caso do teto de gastos - estão ferindo o Brasil e novamente querem culpar os gastos obrigatórios (dentre eles, os gastos com servidores). Ora, servidores são parte fundamental da política social: as vacinas não se "autoaplicam", as crianças não aprendem na escola sem seus professores e por aí vai.

Para além da política fiscal de austeridade, há um

outro agravante para o caos enfrentado pelo Brasil agora: o aparelhamento do Estado, em especial do governo federal. Em vários cargos importantíssimos, servidores - técnicos - foram substituídos por apadrinhados, em cargos de coordenação dos ministérios da Saúde e da Educação, por exemplo, atrasando e atrapalhando a resposta do governo federal à pandemia. Esse desmonte afetou nossa resposta rápida, ágil e eficaz, e só não foi pior graças ao trabalho de milhões de servidores que, com estabilidade, conseguiram fazer frente a desmandos e resolver de forma técnica os problemas enfrentados.

O serviço público precisa de melhorias. Mas essas passam por ampliar os recursos para que ele possa funcionar corretamente, não por demonizar o servidor, como faz a PEC 32/2020, da reforma administrativa de Bolsonaro, ao partir do princípio de que os servidores são "marajás". Os servidores se encontram em seu limite, convivendo com constante desvalorização, assédio institucional, além da piora das condições de trabalho. Ademais, outro ponto de extrema preocupação é a ausência de transparência da proposta: até hoje, após aprovação na comissão de constituição e justiça, ainda não foram apresentados os impactos fiscais e na prestação de serviços públicos da PEC, ou seja, além dos problemas já citados, a reforma continua avançando e sendo votada sem que se tenha noção das consequências que exercerá no cotidiano caso seja aprovada como está.

E mais: a pandemia não é momento de apunhalar os servidores que estão lidando com a covid-19 e salvando vidas. Não é justo pedir a esses profissionais exaustos que se desdobrem agora para entender as ameaças que a reforma traz. Passado o caos sanitário, aí sim podemos construir propostas, com grande participação social dos cidadãos e dos servidores, para melhorar o serviço público, como a regulamentação de uma avaliação de desempenho, já prevista na Constituição e, portanto, sem a necessidade de uma PEC.

Enganar a sociedade, que chora os seus mortos, com uma proposta que se vende como modernizante mas que torna o Estado mais passível de corrupção, reduz salários dos servidores atuais, penaliza os servidores da ponta, impacta a provisão de direitos sociais e sequer apresenta dados, é um completo contrassenso. Nesta crise sanitária e social, é momento, sim, de

fortalecer as políticas públicas.

" Professor, presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil)» Ana Luíza Matos de Oliveira " Coordenadora-geral da Secretaria Executiva da Servir Brasil» Danilo Costa Teixeira " Advogado pós-graduado em direito público, Servir Brasil

Trabalho infantil aumenta na pandemia - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Unicef revelou que 160 milhões de crianças encontram-se em situação de trabalho no mundo. Apenas nos últimos 4 anos, 8,4 milhões de jovens passaram a integrar a lista. Além disso, os dados apurados em 2020 mostram que é a primeira vez em duas décadas que a tendência de queda foi interrompida. Segundo os pesquisadores, o aumento é resultado da pandemia de COVID-19, que aumentou os indicadores de pobreza em todos os continentes.

NA INDUSTRIA DE CRUZEIROS, E HORA DE ZARPAR DE NOVO

Depois de um ano de severas restrições - os prejuízos com a paralisação imposta pela pandemia chegaram a US\$ 150 bilhões -, o mercado de cruzeiros se prepara para voltar à ativa. A nova temporada começa nos próximos dias nos países que conseguiram controlar a COVID-19. As empresas, porém, definiram uma série de protocolos para o pós-pandemia. Nos Estados Unidos, a Celebrity Cruises está exigindo que todos os passageiros com mais de 16 anos sejam vacinados. A Norwegian Cruise Line foi além: os hóspedes devem comprovar a vacinação e usar máscaras nos ambientes comuns. No Brasil, a expectativa é que os navios levantem âncoras a partir de outubro, mas também com novas regras estabelecidas pelas próprias companhias e a Anvisa. Entre elas, testes antecipados de todos os viajantes e a exigência de que os cruzeiros trabalhem com no máximo 70% da capacidade. Estão programados 129 roteiros de viagens e há 566 mil leitos disponíveis nos mares brasileiros.

O ESG É BOM PARA OS INVESTIDORES?

Não há empresa que não fale sobre a agenda ESG (sigla em inglês para práticas ambientais, sociais e de governança). Afinal, o que os investidores ganham com isso? "A grande pergunta que todos fazem é se investimentos ESG são bons para o cliente", disse Carlos Takahashi, CEO da gestora de ativos BlackRock no Brasil, em evento on-line. "Vários indicadores mostram que sim. Um portfólio ESG muitas vezes é mais rentável e menos volátil quando comparado a ativos que não aderiram às boas práticas."

ATACAREJO CRESCE SEM PARAR

As redes de atacarejo, formato de loja que une as duas formas de vendas (atacado e varejo) (foto), caíram no gosto dos brasileiros. Na verdade, foi a crise econômica que levou mais pessoas a procurar produtos com descontos, principal chamariz desses supermercados. Como resultado, o setor cresce sem parar. No ano passado, as receitas das empresas do ramo avançaram 27%, para R\$ 130 bilhões. Segundo a associação Abaas, já existem 1.400 lojas desse tipo no país. Há 5 anos, elas não chegavam a 1.000

US\$ 2,7 trilhões

é o faturamento esperado do varejo on-line na China em 2021. O valor impressiona: corresponde a três vezes mais que nos Estados Unidos, segundo relatório da XP

RAPIDINHAS

Descoberto em 2015, o escândalo da fraude nas emissões de diesel dos carros fabricados pela Volkswagen, conhecido como Dieselgate, chega à fase final das investigações. Nesta semana, a montadora alemã anunciou que o seu ex-CEO Martin Winterkorn e o ex- chefe executivo da subsidiária Audi Rupert Stadler vão pagar compensações financeiras à empresa.

O ex-CEO será obrigado a desembolsar 11,2 milhões de euros (R\$ 69 milhões), enquanto a fatura do ex-chefe executivo ficou em 4,1 milhões de euros (R\$ 25,3 milhões). Segundo a companhia, Winkerton e Stadler violaram regras ao não "esclarecer de forma imediata as circunstâncias por trás do uso de softwares ilegais".

A companhia aérea Azul vai operar 50 novas rotas domésticas para atender às demandas adicionais da temporada de férias. Segundo a empresa, a ideia é ampliar, a partir de julho e até meados de agosto, as conexões para o Nordeste do Brasil a partir dos aeroportos de Belo Horizonte, Campinas, Porto Seguro, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

Um levantamento realizado pela consultoria Econômica chegou a uma conclusão alarmante: nos

últimos 12 meses até maio, e descontada a **inflação**, a poupança teve retorno negativo de 6%. Trata-se do pior rendimento real da caderneta desde outubro de 1991, quando o retorno ficou

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Privatizar a Eletrobras agravará a desindustrialização - TENDENCIAS / DEBATES

TENDENCIAS / DEBATES

As estatais do sistema elétrico já foram quase todas privatizadas, com resultados opostos aos prometidos quando deixaram de ser estatais.

Em vez de mais baratas, as tarifas para o setor residencial subiram mais de 55%, e as do setor industrial, cerca de 130% acima da inflação - o que provocou a falência de inúmeros estabelecimentos industriais, desempregando centenas de engenheiros e milhares de operários qualificados. Isso contribuiu muito para o processo de desindustrialização do país, que começou no governo Collor e ganhou impulso na era FHC.

À época esperava-se que os empresários investissem em projetos novos, que contribuíssem para expandir a capacidade do sistema elétrico. No entanto, limitaram-se em comprar o que já tinha sido feito pelo Estado, o que representou apenas a cessão de títulos de propriedade, sem que houvesse expansão da capacidade do sistema.

As grandes hidrelétricas com reservatórios de acumulação fazem da Eletrobras uma empresa estratégica.

Até nos Estados Unidos as grandes hidrelétricas pertencem a entidades públicas, como a Tennessee Valley Authority e, principalmente, o US Army Corps of Engineers.

Agora o governo quer privatizar a Eletrobras, sem motivo plausível. É preciso que os governantes entendam que há diferenças entre o espaço privado e o espaço público.

O espaço privado é ocupado por empresas e estabelecimentos industriais, financeiros, comerciais e outros, que tem entre os objetivos gerar lucros.

No espaço público ficam atividades não lucrativas, como a diplomacia, a segurança nacional, o ensino e a pesquisa científica, a saúde pública, o policiamento etc., além de certas "utilities", vitais para as demais atividades e que são monopolizáveis.

Ora, a energia elétrica é um monopólio natural, do qual depende praticamente tudo. Assim, as tarifas elétricas não devem visar à maximização de lucros, pois influenciam todos os custos da economia e constituem um privilegiado instrumento de arrecadação de parte da renda dos demais setores.

Cerca de 65% da eletricidade consumida no Brasil vêm de usinas hidrelétricas - e a geração de energia é apenas uma das utilidades dos reservatórios, ao lado de outras como abastecimento de água, regularização dos rios, navegação etc.

Note-se que, além da manutenção das barragens, todos os usos dos reservatórios requerem importantes despesas permanentes em preservação ambiental. A experiência mostra que investidores privados relutam em fazer tais despesas.

Atualmente, a Eletrobras vem apresentando lucros em torno de R\$ 10 bilhões e pagando ao Tesouro, em média, dividendos de R\$ 1,1 bilhão por ano. O restante é reinvestido na expansão e no desenvolvimento tecnológico do sistema.

Esses resultados podem melhorar. É preciso, porém, que a Eletrobras se desvincule das sempre deletérias influências "políticas" e passe a ser dirigida por profissionais competentes, que trabalhem pela empresa, e não por um obscuro processo de privatização.

As hidrelétricas ainda pertencentes ao grupo Eletrobras (Furnas, Chesf, Eletronorte e metade de Itaipu) têm idades em torno de 30 anos; portanto, praticamente todo o capital investido está amortizado. Assim, a energia gerada custa atualmente cerca de R\$ 40/MWh.

O grupo Eletrobras responde por uma oferta da ordem de 170 milhões de MWh por ano. Eliminando-se os intermediários não produtivos, essa energia poderia ser repassada diretamente às distribuidoras por uma tarifa de R\$ 130/MWh. Portanto, o lucro do grupo Eletrobras poderia chegar a R\$ 15,3 bilhões por ano.

Por fim, vale lembrar que uma recente pesquisa de opinião realizada na Inglaterra mostrou que 77% dos consumidores querem que as empresas de eletricidade privatizadas durante a administração Margaret Thatcher sejam reestatizadas.

Suas principais queixas referem-se à baixa qualidade dos serviços e às elevadas tarifas. Críticas semelhantes poderão surgir no Brasil caso a Eletrobras seja privatizada.

[...] Esses resultados [os lucros atuais] podem melhorar. É preciso, porém, que a Eletrobras se desvencilhe das sempre deletérias influências "políticas" e passe a ser dirigida por profissionais competentes, que trabalhem pela empresa, e não por um obscuro processo da privatização

Joaquim Francisco de Carvalho, Mestre em engenharia nuclear e doutor em energia pela USP, foi engenheiro da Cesp, diretor industrial da Nuclen (atual Eletronuclear) e pesquisador associado ao IEE/USP (Instituto de Energia e Ambiente)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

55

Retomada tem de se traduzir em bem-estar social, dizem analistas

Vinicius Neder / RIO

Com uma retomada ainda desigual, após o baque causado pela covid-19 em 2020, o crescimento econômico mais forte do que o inicialmente esperado no início deste ano não se traduz em bem-estar da população, com mais empregos e aumento da renda, o que leva incerteza à recuperação.

Essa é a avaliação de economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) feita no 2.º Seminário de Análise Conjuntural do Ibre/FGV, organizado totalmente online, em parceria com o Estadão.

Segundo a coordenadora do Boletim Macro do Ibre, Sílvia Matos, a desigualdade ainda é uma marca na retomada da economia global neste segundo ano de pandemia. Essas desigualdades estão em vários níveis: alguns países avançam mais do que outros, uns setores ganhando e outros perdendo e os trabalhadores menos qualificados, quase sempre em trabalhos que exigem contato social, são mais atingidos do que os mais qualificados, que têm mais chances de trabalhar remotamente.

"O crescimento mundial é liderado por países desenvolvidos e a China. Sabemos que a melhor política econômica (para recuperar as economias) é a vacinação, e o mundo desenvolvido está na frente nisso", afirmou Sílvia.

Mesmo ficando para trás na vacinação contra a covid-19, a economia brasileira já está se beneficiando de um cenário externo mais positivo. O Brasil e outros países da América Latina, tradicionais produtores de "commodities", vêm ganhando com a valorização das cotações dessas matérias-primas.

De acordo com a pesquisadora, essa valorização se explica justamente pela heterogeneidade da retomada na economia global. Com as famílias do mundo todo passando mais tempo em casa e com restrições ao consumo de serviços, que naturalmente exigem mais contato pessoal, cresceu a demanda por bens industriais e alimentos, já que os consumidores passaram a gastar uma parcela maior de seus orçamentos com esses itens. Essa demanda foi ainda impulsionada por medidas de estímulo adotadas por diversos países. A demanda em alta puxou para cima

os preços das matérias-primas.

Também participante do seminário, José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV, acha que o cenário externo favorável tende a se manter assim "por algum tempo". Mesmo o temor de uma **inflação** mais elevada, principal efeito colateral da rápida recuperação da demanda, pode ser temporário, especialmente nos países desenvolvidos. Isso porque, ilustrou Senna, a **inflação** implícita nas taxas de juros dos títulos da dívida americana - que reflete quanto os investidores esperam de **inflação**, ao fazer seus investimentos nesses papéis - mostram trajetória de queda anos à frente.

Conforme Senna, esse quadro sugere a manutenção de uma "incrível quantidade" de coisas boas que têm acontecido no mercado, como a calma nas discussões políticas sobre gastos acima do teto de despesas fiscais, o alívio nas cotações do dólar, a redução nos "spreads" de juros e a queda no risco dos emergentes. "Isso traz uma falsa sensação de segurança, ideia de que o cenário econômico é bom.

Não tem nada de bom, os desafios são grandes", afirmou Senna, referindo-se às expectativas de crescimento econômico para além de 2022 e os efeitos sobre emprego e renda.

Eleições. Para Armando Castelar, coordenador da área de Economia Aplicada do Ibre/FGV, que também participou do seminário, a questão da pobreza e da renda será central também nas eleições de 2022. Isso porque, se a vacinação contra covid-19 avançar até o fim deste ano, como se espera, a discussão sobre a pandemia poderá ficar "no retrovisor".

"A questão da pobreza e da renda será central nas eleições.

E o governo poderá vir com tudo em política social", afirmou Castelar. Para o pesquisador, o fato de o presidente Jair Bolsonaro disputar a reeleição marcará o comportamento da política econômica no ano que vem. "A política econômica do ano que vem será a da eleição", completou o pesquisador.

I Debate

"A questão da pobreza e da renda será central nas

eleições." Armando Castelar COORDENADOR DA
ÁREA DE ECONOMIA APLICADA DO IBRE/FGV

"A melhor política econômica é a vacinação." Silvia
Matos COORDENADORA DO BOLETIM MACRO DO
IBRE

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

COMMODITIES E RESILIÊNCIA ECONÔMICA (2)

IGOR OLIVEIRA Consultor empresarial
mrigoroliveira@gmail.com

Um dos efeitos da pandemia é o aumento dos preços internacionais de commodities agrícolas. Com isso, mais dólares entram no Brasil, o que pressiona o valor do real para cima e melhora o **PIB**. A primeira vista, parece ser um benefício sermos uma nação exportadora dessas commodities. Enquanto o mundo todo sofre com o fenômeno, o Brasil parece beneficiar-se com o que poderia ser classificado como uma demonstração da nossa resiliência econômica. Infelizmente, não passa de uma ilusão.

Primeiro porque o peso dos alimentos, que sobem domesticamente em função do aumento das exportações, é muito maior entre as populações de baixa renda, o que faz com que boa parte dessa flutuação de preços seja paga por essas famílias. Na prática, os pobres acabam sustentando esse crescimento de curto prazo.

Segundo porque os subsectores do agro que exportam commodities são justamente os que distribuem menos renda sob a forma de salários decentes. Os produtos agrícolas mais elaborados, bem como os alimentos processados, já representam um salto muito grande no sentido da captura de valor em território nacional e na conseqüente elevação dos padrões de vida da população. Se focássemos neles em vez das commodities, certamente viveríamos em uma nação mais próspera.

Terceiro porque os setores que mais sofrem com a valorização do real são os de alto valor agregado, sobretudo manufatura e serviços sofisticados. Dizem os desenvolvimentistas que país nenhum conseguiu chegar ao desenvolvimento sem indústria. E verdade, porém discordo ligeiramente da definição de indústria nessa sentença. Hoje, estar na vanguarda como a Coreia do Sul, por exemplo, esteve na segunda metade do século 20, não necessariamente passa por fabricar bens. No século 21, produtos digitais, que frequentemente são considerados serviços na linguagem dos economistas, contam muito.

Em resumo, o que realmente gera resiliência no longo prazo é sofisticação e diversificação. Oscilações de curto prazo não sustentam nações inteiras nem por um par de anos.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

Cenário de inflação em alta pressionará a Selic

Os juros voltaram a subir nesta quinta-feira, mesmo com o mercado de câmbio comportado e o rendimento dos Treasuries mantendo-se em baixa durante todo o dia. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acima do esperado na divulgação de quarta-feira (9) e os ajustes aos cenários de **inflação** e Selic continuaram pesando sobre as taxas, com o mercado apostando que o orçamento do aperto monetário será esticado.

A curva já indica Selic fechando o ano em 7%, cada vez mais distante do que é visto como nível neutro (entre 6,25% e 6,5%), mas para a próxima semana está mantido o consenso de que o Comitê de Política Monetária (Copom) subirá a Selic em 0,75 ponto percentual.

Instituições financeiras seguiram revisando para cima números de **inflação**, Produto Interno Bruto (**PIB**) e Selic, e uma mudança na comunicação do Copom para um tom mais 'hawkish' é dada como certa, a começar pela retirada do termo 'parcial' sobre na normalização da Selic.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 subiu de 5,233% para 5,305% e a do DI para janeiro de 2023, nesta quinta o mais líquido, terminou com taxa de 6,92%, de 6,824% na quarta. O DI para janeiro de 2025 tinha taxa de 7,94% no fim da sessão regular, de 7,845% na quarta, e a do DI para janeiro de 2027 subiu para 8,42%, de 8,334%.

Pela manhã, as taxas rodavam perto da estabilidade, com viés de alta, absorvendo sem sustos a **inflação** ao consumidor norte-americano de maio, que superou a mediana das estimativas, e as mensagens do Banco Central Europeu (BCE), que nesta quinta teve reunião de política monetária. tarde, passado o leilão, o mercado começou a piorar, com aceleração do avanço e máximas renovadas na última hora de negócios.

Não houve um gatilho específico a detonar o movimento, mas que não se via nos demais ativos. O economista-chefe da Greenbay Investimentos, Flávio Serrano, credita a postura mais defensiva a ajustes na percepção sobre a sinalização do Copom. 'Acho que é correção mais o IPCA de ontem. O mercado está megapressionado, especialmente os curtos, talvez temendo um BC mais hawk', disse.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta?numero=10577>

Reajuste de plano de saúde coletivo é maior do que o teto

Em 2020, os reajustes nos planos de saúde coletivos, tanto empresariais quanto por adesão, foram maiores do que o teto de 8,14% estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os planos individuais. Os dados fazem parte de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) feita com cinco empresas que tinham o maior volume de reclamações por parte de consumidores: SulAmérica, Bradesco Saúde, Amil, Unimed Central Nacional e Unimed Rio.

No ano passado, o reajuste médio entre os planos coletivos analisados foi de 11,28%, ou seja, três pontos percentuais acima do máximo estabelecido pela ANS para os planos individuais. No caso da Unimed Rio, que promoveu o maior aumento, o reajuste chegou a 14,55%, mais de seis pontos percentuais acima do teto da ANS para os planos individuais. Entre as empresas, a única que ficou abaixo do teto para plano individual foi a Unimed Central Nacional, com 7,66% de reajuste.

Os planos coletivos empresariais e por adesão não são regulados pela ANS e, segundo o Idec, representam quase 80% do mercado de planos de saúde.

"Os resultados são bastante claros ao evidenciar que a maior fatia do setor de saúde suplementar está completamente fora de controle. É inaceitável que os usuários de planos coletivos sigam absorvendo reajustes muito acima do teto estabelecido pela agência para os planos individuais", disse Ana Carolina Navarrete, coordenadora do programa de saúde do Idec.

"A pesquisa confirma um diagnóstico antigo do Idec: uma regulação efetiva, para todos os consumidores, é a única via para colocar freios às políticas de preços das operadoras e acabar com essa injustiça".

Ontem, a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para discutir o reajuste dos planos de saúde. O estudo do Idec foi apresentado durante a audiência.

Posição das empresas Por meio de nota, a Central Nacional Unimed disse que cumpre integralmente a legislação dos planos de saúde e os contratos firmados com seus clientes, o que inclui a aplicação

dos reajustes anuais. "É importante considerar que os planos individuais e os planos coletivos estão submetidos a diferentes regras e critérios de reajuste, tornando inadequada a comparação direta entre os percentuais. Além disso, os reajustes são recomposições dos custos assistenciais, que, historicamente, crescem acima da **inflação** geral medida pelo IPCA", disse a empresa.

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), que representa as 15 maiores operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, incluindo Bradesco Saúde, Amil e SulAmérica, informou que os reajustes aplicados estão de acordo com o permitido pela ANS. "O setor segue contratos, é regulado e fiscalizado e obrigado ao cumprimento de parâmetros atuariais, regulatórios, legais, contábeis e econômico-financeiros severos. O cálculo é feito com base numa série de indicadores, que envolvem particularidades de cada carteira e cada contrato, como idade dos participantes, índice de sinistralidade, severidade dos sinistros registrados", disse.

A FenaSaúde diz ainda que há uma diferença entre os planos individuais e coletivos. "No caso dos individuais/familiares, o modelo adotado pela agência reguladora não reflete o aumento real dos custos na saúde, que chegam a ser o triplo do índice de **inflação**, assim como desconsidera as características de cada carteira de planos. Isso pode fazer com que algumas operadoras não consigam cobrir os gastos assistenciais", disse a federação, que considera que os reajustes deste ano para os planos coletivos "estão entre os mais baixos já aplicados".

A Agência Brasil entrou em contato com a Unimed Rio, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria.

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_DB01D273E0E6A73AA3F187F1BE87A854D674958395136B3F4678BAA71F43D6173502F0E057FD3A09DE010DDA63DEC63D6BB41090A8D585A3EB4E3595AED12A37D0DF60DC59296983FBDAF32EDDD65A3C57989F6339FFDB1589424EE79C60F679E809B102FD6C95C2C9066EA9E38B5A02079F2C61119BCDED6AD273

Reajuste salarial perde para inflação

Em abril, mais de 50% das negociações tiveram reajustes inferiores ao INPC

Os salários dos brasileiros estão encolhendo em 2020. Em abril, pelo quarto mês seguido, mais da metade das negociações fechadas com empresas resultaram em reajustes menores do que a inflação acumulada em um ano, segundo dados do do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), e do Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Ainda que a lei proíba a redução das remunerações, sem o aumento real -quando o ajuste supera a inflação-, o resultado prático é de um salário com o qual se compra menos.

Nos acordos e convenções de categorias com data-base em abril, o reajuste médio ficou em 5,6%. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado em 12 meses até março estava em 6,9%.

De janeiro a abril, a variação real média ficou negativa em 0,57%, segundo o Dieese. A análise aponta ainda que metade dos reajustes resultou em perdas iguais ou superiores a 0,18%.

Somente 12,3% das negociações fechadas no período garantiram reajustes acima da inflação. A escalada da inflação deve agravar ainda mais as condições para as negociações e coincide com um período de concentração de datas-base, que é o mês de maio.

As categorias que estão em negociação precisarão de reajustes de pelo menos 7,59% para compensar o INPC acumulado em 12 meses até abril. (Folha)

Distrito Federal tem a menor inflação do Brasil

Os preços registrados no Distrito Federal no mês de maio sofreram variação de 0,27%, de acordo com os resultados mensurados pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA). É o menor resultado dentre as 16 regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e ficou abaixo da média nacional (0,83%).

O grupo de alimentação e bebidas obteve destaque na contribuição negativa, reduzindo -0,05% ponto percentual (p.p.) no índice geral do mês em questão. Esse resultado se deu por conta da deflação das frutas (-10,68% e 0,09 p.p.). O grupo educação também registrou redução de preços, porém menos intensa.

Os produtos que contribuíram para reforçar a **inflação** no mês pertencem aos grupos de saúde e cuidados pessoais (0,87% e 0,12 p.p.), habitação (0,58% e 0,08 p.p.), artigos de residência (1,17% e 0,04 p.p.), transportes (0,14% e 0,03 p.p.), vestuário (0,63% e 0,03 p.p.), despesas pessoais (0,15% e 0,02 p.p.) e comunicação (0,17% e 0,01 p.p.). A pesquisadora da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas da Codeplan, Jéssica Milker, explica: "O resultado mensal mostra que houve uma aceleração da **inflação** na capital federal e as perspectivas são de que o indicador deve manter-se nos próximos meses. Isso porque, mesmo que o Banco Central esteja elevando a taxa Selic com o intuito de desestimular o consumo e, assim, segurar a **inflação**, alguns fatores como a valorização das commodities e a desvalorização do real frente ao dólar contribuem para elevar os preços de produtos alimentícios e combustíveis no mercado interno", finalizou. A Codeplan estimou o impacto da **inflação** por faixa de renda em 0,17% para os 25% mais ricos em maio de 2021 e de 0,36% para os 25% mais pobres.

A menor **inflação** entre as famílias de maior renda é explicada pela queda de 37,10% nas preços da passagem aérea, que possui um peso mais expressivo nessa faixa, enquanto a variação positiva de 3,62% na energia elétrica, de elevada contribuição para as famílias de mais baixa renda, reforçou a diferença entre alta de preços percebida por esses dois grupos.

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edi_o_3
206

Ciro: 'Brasil vive o pior momento de sua história'

O ex-ministro e ex-governador do Ceará **Ciro Gomes** (PDT), pré-candidato à Presidência da República nas eleições do ano que vem, afirmou, ontem, que o Brasil vive hoje o pior momento de sua história. Segundo ele, parte disso se deve a herança que o atual governo recebeu do PT e a outra parte ele atribuiu ao processo de agravamento "dramático" das condições sociais e econômicas do país produzidas pelo presidente **Jair Bolsonaro**.

"Eu fundamento a minha opinião com números. Do ponto de vista do povo, você tem hoje 14,8 milhões de desempregados, a pior estatística de desemprego aberto da história. Temos ainda 6 milhões de desalentados e mais de 40 milhões na informalidade, ou seja, a maioria dos trabalhadores vivendo de bico, ganhando uma miséria, sem 13º, sem férias, e sem qualquer proteção previdenciária", afirmou.

Ciro, que foi ministro da Fazenda no governo de **Itamar Franco**, disse que os principais indicadores da economia brasileira são hoje uma "tragédia". Ele apontou, como exemplos, a intensificação do processo de desindustrialização do país e o baixo crescimento do **PIB** na última década. "Estou na vida pública brasileira há 40 anos. Eu nunca vi uma situação tão grave, eu nunca vi tanta gente desvalida como hoje. São 119 milhões de brasileiros sem acesso a quantidades mínimas de calorias ou uma refeição descente por dia. E esta é uma tragédia que não aconteceu por acaso", assinalou.

Em um pedido à população, **Ciro** apelou para que os candidatos sejam cobrados a identificar e refletir sobre as causas que "nos trouxeram a essa tragédia". "E aí não vai ter jeito, as pessoas vão lembrar claramente que o **Jair Bolsonaro** não caiu de paraquedas", pontuou.

Em entrevista virtual a jornalistas baianos, ontem à tarde, o ex-governador do Ceará disse ainda que está convencido de que o bolsonarismo só virou realidade no país graças às contradições econômica e moral produzidas pelo ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT).

"Vamos nos perguntar, com todo o respeito: existiria o **Bolsonaro** na vida brasileira se não fosse a profunda e grave contradição que **Lula** produziu? De impor ao Brasil a **Dilma**, que quebrou o país, que arreventou

com as contas públicas, que não conseguiu juntar um terço dos deputados para segurar o seu mandato?", questionou **Ciro**, para acrescentar: "Vou arcar com as consequências e as responsabilidades de minha posição: eu ajudei muito o **Lula**, mas ele infelizmente não tem hoje mais nenhuma energia, não é novidade, está toma -do pelo ódio", afirmou.

Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no Senado, que investiga as ações e omissões do governo do presidente **Bolsonaro** no enfrentamento à pandemia, **Ciro** disse que a CPI presta um serviço importante ao país porque mostra para a população como o governo federal tem agido no enfrentamento à crise sanitária. "Agora, a CPI vai dar em alguma coisa? Vai responsabilizar **Bolsonaro** como ele merecia? Vai identificar na equipe de **Bolsonaro** os genocidas que causaram isso tudo ao país? Duvido, duvido muito -to que isto aconteça", frisou.

ACM NETO Durante a entrevista de mais de duas horas, **Ciro Gomes** admitiu conversas com o DEM, presidido nacionalmente pelo ex-prefeito de Salvador **ACM Neto**, visando uma possível aliança entre os dois partidos nas eleições do ano que vem. "Temos sim conversado bastante sobre o Brasil, sobre a situação econômica, sobre a pandemia e sobre o futuro do país", disse o pedetista.

Ele afirmou ainda que a ideia é montar, no ano que vem, uma ampla aliança de centro-esquerda que garanta a sustentação do que ele definiu como um "novo projeto nacional de desenvolvimento". Inicialmente, a aliança terá PSB, PDT, PV e a Rede. Na sequência, o grupo pretende conversar com outras forças mais à direita, como o DEM e PSD.

"Isso dará uma base para que a gente possa então fazer as reformas que o país precisa, na primeira hora, e não ser obrigado a fazer as negociações imorais, sujas, que têm se repetido no país ao longo dos anos, e que **Bolsonaro** prometeu que ia acabar e, como um traidor, não o fez. **Bolsonaro** traiu quem acreditou nele, quem acreditou que ele iria moralizar a vida pública brasileira", disparou.

Ciro, entretanto, admitiu que a possibilidade de o DEM lançar para disputa presidencial o nome do ex-ministro da Saúde **Luiz Henrique Mandetta** pode ser um entrave na construção de uma eventual aliança. "Há

uma pretensão do DEM de lançar Mandetta. Não gosto de invadir a casa alheia, pois assim acho que se faz política", assinalou.

Em seu entendimento, o STF ao devolver as "franquias eleitorais" a Lula antecipou em quase dois anos o processo eleitoral brasileiro, com um "calor completamente artificial", como se a eleição fosse daqui a três ou quatro meses. "Como isso aconteceu os políticos estão se manifestando. Bolsonaro tem o poder e quer reeleição. Lula quer voltar. Os dois não conseguem passar, na posição central, e aí vem a terceira via, povoada por uma porção de pessoas. Luciano Huck é candidato? Sérgio Moro? Dória tem confusão no PSDB. O Mandetta do DEM é candidato, respeitando a ideia de que eles estão examinando de terem um candidato", disse o ex-ministro.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Crise hídrica e preços das commodities puxam inflação - INDICADORES ECONÔMICOS

INDICADORES ECONÔMICOS

A crise hídrica que já provoca aumento da tarifa de energia elétrica e a escalada de preços das commodities, especialmente as metálicas, elevaram as previsões de **inflação** para este ano. Consultorias projetam uma alta que beira 6% para o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Por oito semanas consecutivas, as expectativas do mercado financeiro para a **inflação** não pararam de subir, segundo o Boletim Focus do Banco Central (BC). Na última semana, a mediana das projeções atingiu 5,31% e furou o teto da meta para este ano, de 5,25%. A aceleração põe mais pressão sobre o BC, para que continue elevando os juros, a fim de conter a alta de preços.

"Com a **inflação** nesse patamar previsto de quase 6% neste ano, a normalização da taxa nominal de juros precisa ser rápida", alerta o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sérgio Vale. Ele acabou de revisar de 5,2% para 5,8% a previsão do IPCA para este ano. Em sua avaliação, o Banco Central provavelmente terá que elevar a Selic para 6,5% no segundo semestre, podendo ir a 7% ou mais. Hoje, a taxa é de 3,5% ao ano.

O que está em jogo neste momento, segundo Vale, é a expectativa da **inflação** para 2022. Isso por causa de fatores adversos que elevaram a projeção do IPCA acima do inicialmente previsto para 2021, da recuperação mais acelerada da atividade e da turbulência do período pré-eleitoral, que deve ter impacto na taxa de câmbio.

"Subir juros é a única opção que o BC tem neste momento, já que a sua função é mirar o centro da meta de **inflação** (de 3,75%)", afirma a economista Maria Andréia Parente Lameiras, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No entanto, ela pondera que a efetividade da alta dos juros para tirar o fôlego do câmbio e segurar a **inflação** neste momento não são totais. Isso porque hoje as pressões inflacionárias se acumulam nos preços monitorados, como energia elétrica, medicamentos, planos de saúde, gasolina, por exemplo. "Com exceção da gasolina, que tem

influência direta do dólar, os juros impactam pouco a tarifa de energia, que depende das chuvas. Além disso, os reajustes dos remédios e dos planos de saúde já ocorreram".

Foi exatamente o aumento nas projeções dos preços monitorados, de serviços e produtos que só podem ser alterados com aval do governo, que fez o Ipea revisar de 4,6% para 5,3% a projeção para o IPCA deste ano. Em março, os economistas da instituição projetavam um avanço de 6,4% para os preços monitorados. Mas, após a mudança de bandeira tarifária da energia, dos reajustes de remédios, planos de saúde e da gasolina, a taxa subiu para 8,4%.

PIB do Brasil A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) manteve a previsão para crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2021 em 3%. No relatório de junho sobre o mercado petrolífero, divulgado nessa quinta-feira (10), o grupo afirma que o país se tornou o "epicentro global da pandemia" no primeiro trimestre, em meio à disparada no número de casos de covid-19.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=logins&edicao=115963#page/8>

GUINADA NO CÂMBIO

ANDRE VIEIRA

A ligeira alta do dólar nos dois últimos dias, após uma queda praticamente ininterrupta desde 1º de junho, não abala o otimismo de especialistas que preveem o câmbio a R\$ 4,80 já no mês que vem. Este ano, a maior cotação foi R\$ 5,8755, em 8 de março. De lá para cá, o dólar recuou 13,82%, fechando ontem a R\$ 5,0630 - um panorama bastante diferente do registrado em 2020, quando a moeda norte-americana subiu 40% frente ao Real, em meio à crise econômica causada pela pandemia.

A desvalorização do dólar é resultado de múltiplos fatores. No plano externo, pesou uma enxurrada de recursos no mercado internacional - em especial oriundos da China e dos Estados Unidos e o aumento das exportações brasileiras, devido à retomada econômica mundial e à elevação dos preços das commodities, em especial as ligadas ao setor agrícola e de mineração.

No cenário interno, o aumento sistemático da taxa básica de juros (Selic) favorece a incursão de dólares de investidores estrangeiros, atraídos pelas possibilidades de ganhos maiores. A reação favorável da economia nacional, com o avanço da vacinação contra a Covid e a flexibilização das regras para funcionamento do comércio, também influenciou na queda do dólar.

Segundo Gustavo Andrade, economista do Ibmeq, o possível aumento da arrecadação do governo e a projeção de uma dívida pública menor do que a prevista para o início do ano são fatores que acentuam a tendência de queda do dólar.

"As condições estão ajustando o valor do dólar frente ao Real em um patamar mais justo. Com o provável aumento da taxa Selic, a diminuição vai se estender", diz Andrade.

INFLAÇÃO

Mesmo chegando a uma cotação mais justa, a diminuição do dólar não deve ter impacto na inflação a curto prazo. Para Rafael Panonko, analista-chefe da Toro Investimentos, é preciso uma retomada mais consistente da economia e uma eficácia fiscal maior do governo para garantir um impacto real da queda do câmbio na alta de preços.

"O primeiro impacto será sentido no custo de produção

e somente daí vai ao consumidor final. Então é preciso que esta queda do câmbio permaneça por mais tempo para, assim, desencadear um efeito mais amplo", explica.

Moeda americana mais barata deve reduzir custos de produção na indústria e no comércio

A queda do dólar nos últimos meses e a possibilidade da moeda norte-americana ficar abaixo dos R\$ 5 deve ter impacto direto sobre os custos de produção da indústria, que devem diminuir. Setores como a indústria automobilística, de produção de eletroeletrônicos, química, farmacêutica e de fertilizantes vão ser beneficiadas pela redução dos custos de insumos importados.

Além disso, de acordo com Daniela Brito, gerente de economia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a queda do dólar não vai impactar negativamente nas exportações.

"Essa desvalorização não vai diminuir as exportações, já que temos uma avalanche de recursos no mercado externo que vai aumentar ainda mais o volume de commodities exportadas", explica a economista.

Alguns setores do comércio também devem se beneficiar com a queda do dólar. É o caso do vestuário e da panificação. Itens básicos como tecidos e farinha de trigo vão ficar mais baratos, podendo ajudar a diminuir os custos.

"É provável que este impacto chegue ao bolso do consumidor, mesmo que timidamente, nos próximos meses. Estas áreas do comércio vão diminuir custos e poderão amenizar os prejuízos acumulados. A tendência é que logo, em nome da concorrência, os preços baixem", acredita Guilherme Almeida, economista-chefe da Fecomércio-Minas.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-22935fba49f7d80d5adf1cfa6b0344f4.pdf

MP busca modernizar negócios

Nesta quinta-feira, 10, o deputado federal Marco Bertaiolli (PSD-SP) apresentou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o relatório da Medida Provisória nº 1040/2021, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em 29 de março, que trata da modernização do ambiente de negócios no País. Relator da MP, Bertaiolli pretende com o projeto cortar etapas burocráticas que representam custos e dificuldades para as empresas do País, o que permitiria, por exemplo, que uma empresa seja aberta em até 24 horas.

"Com muita alegria, passo a suas mãos, para que a Câmara possa agora analisar, votar e dar um novo dinamismo ao nosso setor de geração de empregos, que é tudo o que o nosso Brasil precisa neste momento", disse Bertaiolli, enquanto repassava o relatório, simbolicamente, às mãos de Arthur Lira.

O presidente da Câmara agradeceu e disse que essa "uma das medidas provisórias mais importantes do ano", por "propiciar às empresas do Brasil menos burocracia, mais facilitação dos negócios e geração de emprego".

Ele também afirmou que a MP deve ser analisada pela Câmara na semana que vem.

A gente na próxima semana aprecia essa medida no plenário da Câmara, e envia ao Senado com muito tempo de antecedência, cumprindo o nosso acordo entre as Casas, para que ela possa ser aprovada rapidamente, melhorando o ambiente de negócios e gerando empregos em nosso País", finalizou Lira.

A MP Em conversa com a Gazeta, no início desta semana, Bertaiolli explicou que a MP enviada pelo Poder Executivo partiu de uma análise do Doing Business, um ranking do Banco Mundial que avalia o ambiente de negócios em 190 países, no qual o Brasil aparece entre os lanternas, na 124ª posição.

"O Brasil está muito mal posicionado, ao lado do Paraguai.

Nós não podemos comparar a nossa economia com a economia do Paraguai. Seja pelas dimensões territoriais, seja pela população, seja pelo PIB, o que for, o Brasil não poderia estar na mesma classificação do Paraguai.

Isso mostra o quanto nós estamos atrasados e esses ambientes são burocráticos", disse o deputado.

De acordo com ele, países do Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul), nações que costumam ser comparadas ao Brasil em questão de relevância mundial, por exemplo, estão no top 60 dessa lista.

O parlamentar explicou que a MP traz diversas mudanças para acelerar o processo de vida de uma empresa no Brasil, "seja a abertura, seja a vida útil e todos os obstáculos que uma empresa enfrenta, desde a ligação de energia até uma concessão de um empréstimo".

Como exemplo, citou que não haverá mais a necessidade de abrir a empresa em três esferas de governo.

"Uma empresa, e falo de uma micro empresa, uma papelaria no bairro, precisa ser aberta em três locais diferentes.

Primeiro ela é aberta na prefeitura, depois no estado e depois ela é aberta na União.

Não tem nenhum sentido abrir três vezes a empresa, com três numerações diferentes. A primeira coisa que nós vamos criar é o Balcão Único para abertura de empresas no Brasil. Você dá entrada na Junta Comercial, ali é atribuída apenas uma numeração, que é o CNPJ, e esse número vale tanto para o município quanto para o estado.

Já começamos a simplificar por aí".

De acordo com o parlamentar, há uma série de outras medidas que vão deixar o ambiente de negócios mais fácil e desburocratizado. "O objetivo é que uma empresa seja aberta em 24 horas e possa já emitir a sua primeira nota fiscal".

Caso aprovada na Câmara dos Deputados, a MP segue para o Senado. Com a aprovação do Senado o texto é enviado para sanção do presidente da República, etapa final antes de se tornar lei em todo o País.

A matéria faz parte da agenda de reformas microeconômicas do governo, tramita em regime de urgência e será apreciada pelo plenário das duas Casas do Legislativo, sem a necessidade de passar por comissões especiais.